



# RESUMO EXECUTIVO DE PERUÍBE

REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>		
<b>PARTE 01</b>	<b>6</b>	<b>PARTE 02</b>	<b>10</b>
O MUNICÍPIO DE PERUIBE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES	6	ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
		EIXO 01	
		REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO	11
		EIXO 02	
		ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL	15
		Meio Ambiente e Território	15
		Ocupação Urbana e Regulação Urbanística	19
		Dinâmica Imobiliária	20
		Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária	23
		Saneamento Ambiental	27
		Mobilidade	30
		Segurança Pública	32
		Cultura	33
		Saúde	34
		Segurança Alimentar e Nutricional	34
		EIXO 03	
		GESTÃO MUNICIPAL	35
		Financiamento Público	35
		Gestão Democrática	36

**PARTE 03**

A REALIDADE DE PERÚIBE NA VISÃO DA  
POPULAÇÃO

**40**

40

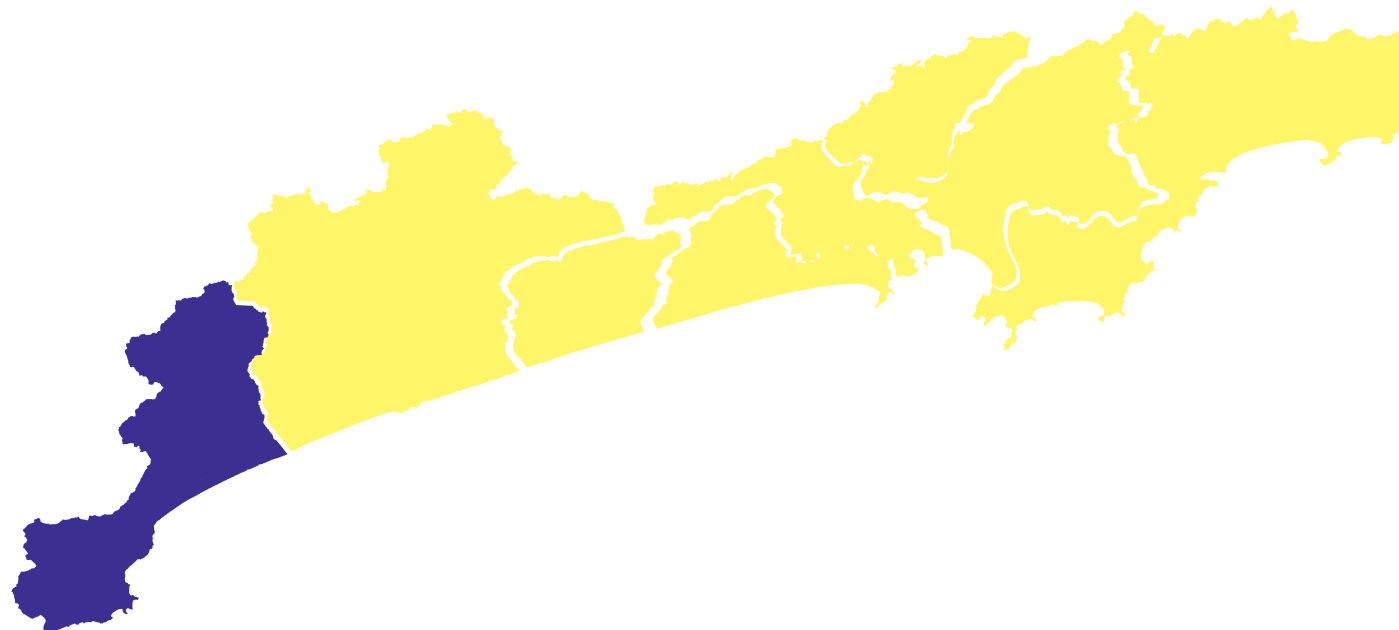
CONSIDERAÇÕES FINAIS

43

**BIBLIOGRAFIA**

**44**

# INTRODUÇÃO



Este resumo executivo traz a síntese do Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo do Município de Peruíbe (Relatório de Peruíbe), parte do projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, com processos de urbanização muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região. Agora, um novo processo de transformação está sendo impulsionado pelos projetos em curso na região, como a exploração do Pré-sal e a ampliação e modernização de rodovias e áreas portuárias.

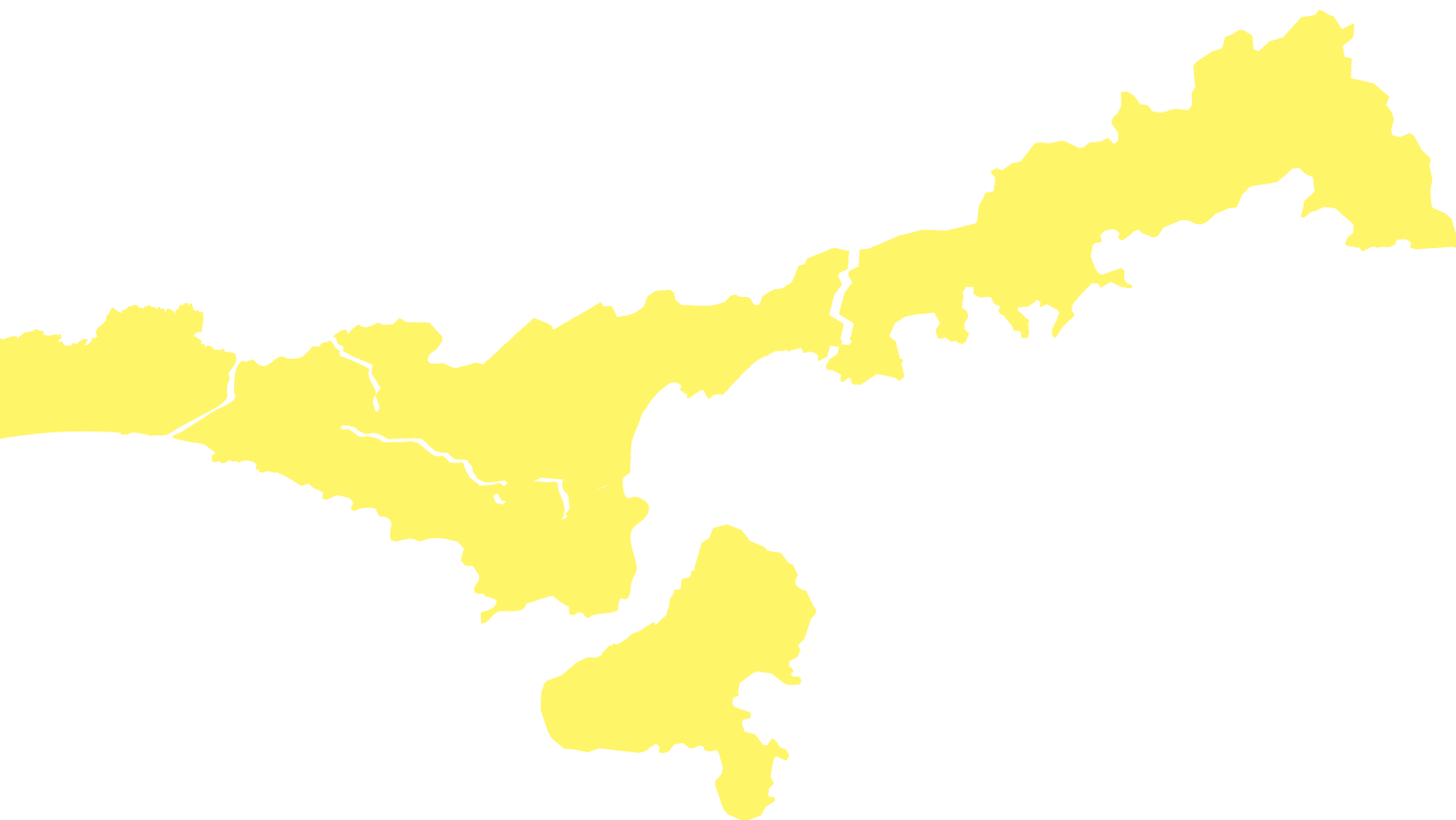
Tais mudanças reforçam a necessidade de se pensar e planejar o futuro, avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região, procurar formas de impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e também de conter ou mitigar efeitos negativos. Nesse contexto de grandes transformações é essencial articular o conjunto de iniciativas que vêm sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas e identificar novas ações necessárias que garantam cidades mais justas, mais bonitas e mais saudáveis.

O projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social insere-se neste contexto de intensas mudanças e objetiva contribuir no desenvolvimento sustentável da região. Proposto pelo Instituto Pólis e apoiado pela Petrobras, este projeto inicia-se com a construção de um diagnóstico urbano socioambiental participativo dos municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista<sup>1</sup>, articulado com a construção de um diagnóstico da região, que juntos suportarão a elaboração de Agendas de Desenvolvimento Sustentável para os municípios e para a região.

O Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo parte da caracterização do município e de uma extensa sistematização de dados<sup>2</sup> para desenvolver análises sobre o seu ordenamento territorial, investigando os principais traços de sua ocupação, os diferentes tipos de necessidades habitacionais, as demandas e os desempenhos relativos ao sistema de saneamento ambiental, as condições de mobilidade local e regional, os espaços territoriais especialmente protegidos e os grandes equipamentos e infraestrutura de logística existentes e previstos que irão impactar o desenvolvimento deste território.

<sup>1</sup> O Projeto Litoral Sustentável abrange os seguintes municípios: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

<sup>2</sup> Trabalhando com a análise de um grande número de pesquisas existentes, coleta de novos dados e pesquisas com a população. Os relatórios foram fechados com dados de até dezembro de 2012.



A esse conjunto de leituras sobre as condições urbanísticas e socioambientais somam-se importantes análises sobre o desenvolvimento econômico, a cultura, a segurança alimentar e nutricional, a saúde, a segurança pública e a gestão pública e democrática, considerando especialmente, as finanças públicas. Tais leituras estão articuladas a um exame detido sobre marcos jurídicos relativos às políticas públicas que incidem nos espaços territoriais, bem como com a visão de moradores e representantes de entidades sobre os processos em curso. As diretrizes de análise partem do marco regulatório das políticas públicas nacionais e estaduais, consolidadas e normatizadas, e dos princípios garantidos na Constituição.

Como produto da análise aprofundada de todos esses aspectos segundo as referidas diretrizes, o relatório de Peruíbe identifica um conjunto de desafios para o desenvolvimento sustentável do município em harmonia com toda a região.

Neste Resumo Executivo, os diferentes conteúdos tratados de maneira detalhada no Relatório foram articulados e organizados em quatro partes, no sentido de expor, de maneira concisa, os principais resultados das análises.

Na primeira parte, apresentamos um panorama geral do município de Peruíbe, recuperando os aspectos mais relevantes de sua história e de sua urbanização, identificando traços específicos do município.

Na segunda parte, indicamos os principais desafios para o desenvolvimento sustentável de Peruíbe, retratando uma síntese das análises dos diferentes temas, apontando questões a serem enfrentadas no campo econômico, da organização socioterritorial e da gestão pública.

Na terceira parte, trazemos a visão da população sobre a realidade do município e reflexões sobre as diferentes perspectivas acerca do seu desenvolvimento. Na parte final, destacamos algumas considerações sobre as potencialidades de fortalecimento da sustentabilidade do município, definidas a partir da articulação entre as expectativas e visões dos diferentes segmentos da sociedade com as tendências de desenvolvimento identificadas pelas leituras técnicas.

# O MUNICÍPIO DE PERUÍBE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES



Até o início do século 20, Peruíbe caracterizava-se como uma pequena vila, cuja fundação, pelos jesuítas, remontava ao século 16. A partir de meados da década de 1910, com a inauguração do ramal ferroviário Santos/Juquiá da estrada de ferro Sorocabana, começam a chegar os primeiros imigrantes. No entorno da estação ferroviária, onde os trens vindos de Santos faziam longas paradas, foi se formando o embrião da Peruíbe atual. Nessa mesma época foi, também, inaugurada a ponte pênsil em São Vicente, facilitando ainda mais o acesso ao litoral sul e tornando as terras de Peruíbe mais valorizadas.

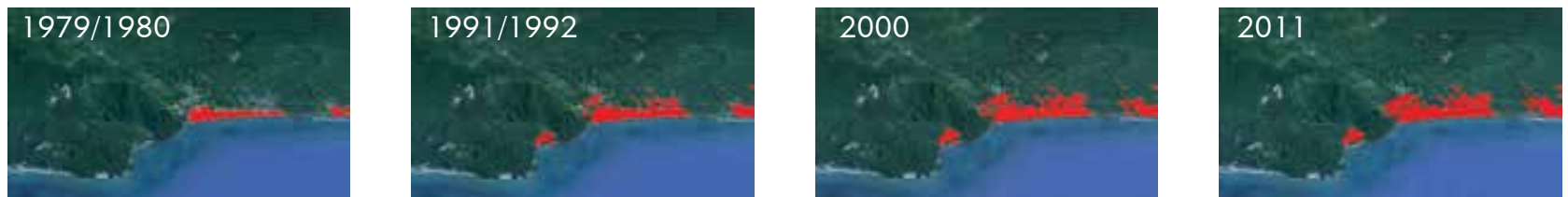
Até década de 1920, a população da vila era de apenas 4.227 habitantes, a maior parte residindo da estação de Peruíbe para o sul. Nesta década, mais precisamente em 1927, começaram a chegar os pioneiros do cultivo da banana, que se instalaram no trecho da baixada inferior, permanecendo a orla ainda parcialmente ocupada.

A partir da década de 1950, inicia-se a ocupação turística em Peruíbe, facilitada pela abertura da primeira pista da Anchieta, em 1947, e motivada pelo início da saturação e deterioração das praias santistas. Em decorrência destes fatores, crescem as atividades imobiliárias e comerciais. Em 1959, Peruíbe, até então distrito de Itanhaém, é emancipada como município<sup>3</sup>.

Com a inauguração da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, na década de 1960, acentua-se a ocupação turística, ao mesmo tempo em que cresce também a população fixa. Este movimento de crescimento concomitante da população fixa e da população flutuante dá início ao processo de expulsão da população mais pobre para zonas mais distantes da orla marítima. Até o início desta década, a ocupação urbana de Peruíbe estava concentrada no entorno da estação ferroviária e no bairro do Costão, às margens do Rio Preto. A partir desse período, a urbanização começa a se espalhar rapidamente. Só na década de 1960, foram aprovados 17 loteamentos. Muitos deles, principalmente os mais distantes da orla, ainda hoje estão em processo de ocupação.

Em 1974, Peruíbe foi reconhecida como Estância Balneária<sup>4</sup>. Nesta década foram aprovados outros 22 loteamentos, sendo grande parte deles destinados à segunda residência. Nesta época, a ocupação entre a praia e a Av. Padre Anchieta estava se completando e seguia se expandindo entre esta avenida e a linha férrea, começando a surgir núcleos além-rodovia.

No começo da década de 1980, como se pode observar na figura abaixo, que mostra a evolução da mancha urbana, quase toda a extensão da orla estava ocupada, restando pequenas manchas de vazios urbanos entre as ocupações. Neste momento, vê-se claramente que a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e a Av. Luciano de Bona são as barreiras que delimitam os limites da ocupação do território.



MAPA 1  
Evolução da Mancha Urbana de Peruíbe  
Fonte: Imagens Landsat (1979/1980; 1991/1992; 2000) e Google Earth (2011)

A década de 1980 foi um momento de expansão da urbanização do território, tendo sido aprovados 25 novos loteamentos. Neste período, os terrenos vazios no trecho da orla se esgotaram, restando vazia apenas a área da terra indígena de Piaçaguera, ao norte do município. Segundo Ribeiro (2006), no período entre 1980 e 1991, o município apresentou um crescimento da área urbana de 95%.

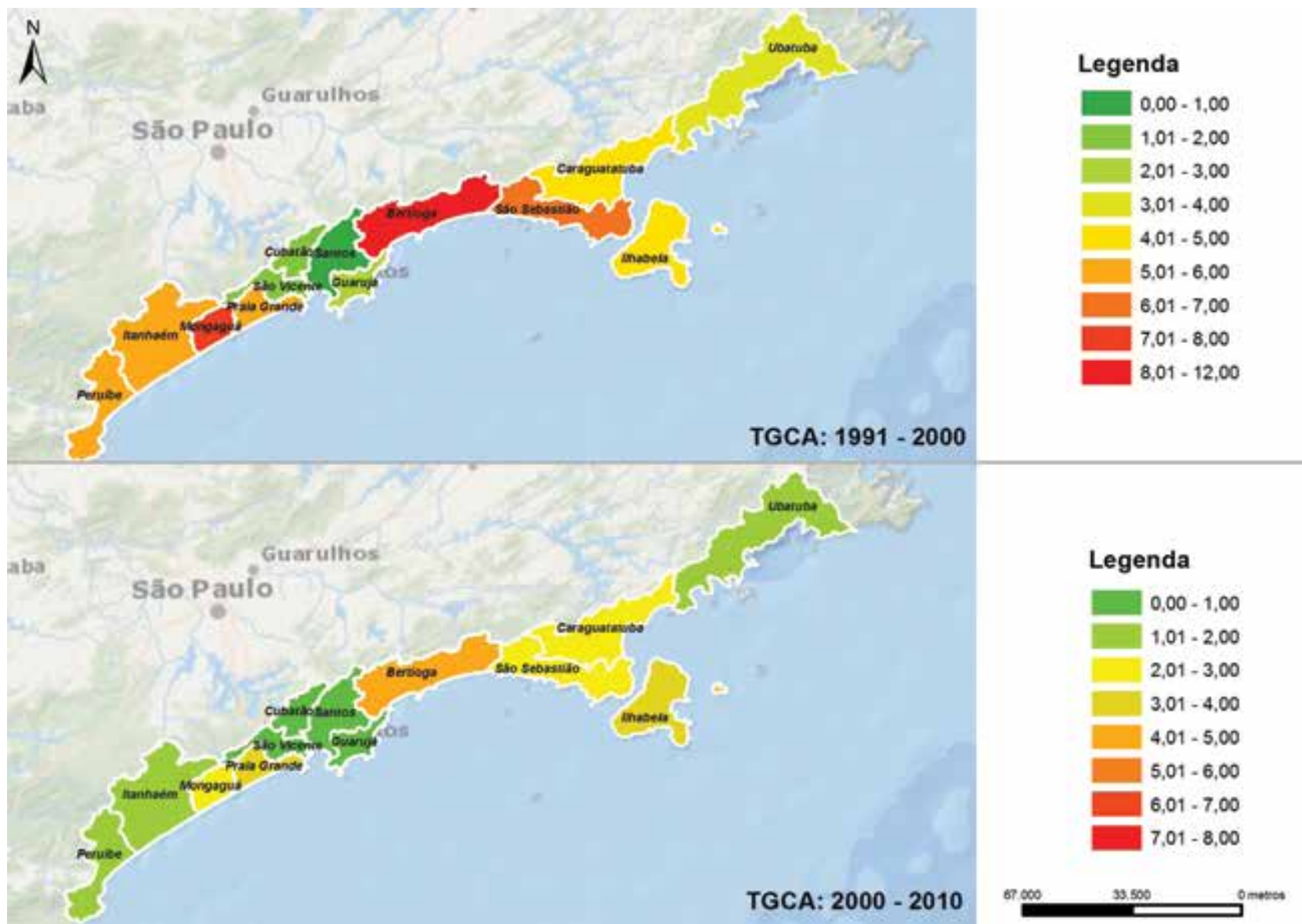
Neste momento, como se pode observar pela evolução da mancha urbana, a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e a Av. Luciano de Bona deixam de serem barreiras que delimitam os limites da ocupação do território, aparecendo vários núcleos urbanos em direção ao interior, mais próximos da Serra do Mar.

Mesmo com essa intensa expansão da mancha urbana, o município de Peruíbe, que possui uma área total de 32 mil hectares, permanece com uma densidade populacional bastante baixa, já que a maior parte de seu território está inserida em unidades de conservação e permanece não ocupado. A área efetivamente urbanizada ocupa aproximadamente 11% do território, resultando em uma densidade populacional da área urbanizada de 17,3 hab/ha. Quando se considera a área total do município, essa densidade cai para 1,9 hab/ha. No município, a maior parte de sua área urbanizada possui densidade populacional de até 50 hab/ha. Os setores com mais alta densidade, em áreas próximas ao centro da cidade, chegam a no máximo 250 hab/ha.

Ao examinar a dinâmica demográfica, evidencia-se que o município apresentou diminuição em seu ritmo de crescimento populacional na última década. Entre 1991 e 2000, registrou altíssima taxa geométrica de crescimento anual (TGCA), atingindo 5,14% a.a., acompanhando a maior parte dos municípios do litoral paulista que, durante o mesmo período, apresentaram altas taxas. Na década de 2000 a 2010, houve uma grande queda na intensidade do crescimento populacional, que passou para 1,52% a.a. Em 2012, ano deste Resumo, o município tinha uma população de 59.773 habitantes.

<sup>3</sup> O desmembramento de Peruíbe do município de Itanhaém foi autorizado pela Lei nº 5.121, de 31 de dezembro de 1958, e referendado pela Lei 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, sendo que, no plebiscito realizado em 24 de dezembro de 1958, a votação pela autonomia e desmembramento foi vitoriosa por unanimidade dos votantes.

<sup>4</sup> Peruíbe é um dos 15 municípios paulistas considerados estâncias balneárias pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por lei estadual. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. O município também adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Balneária, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais.



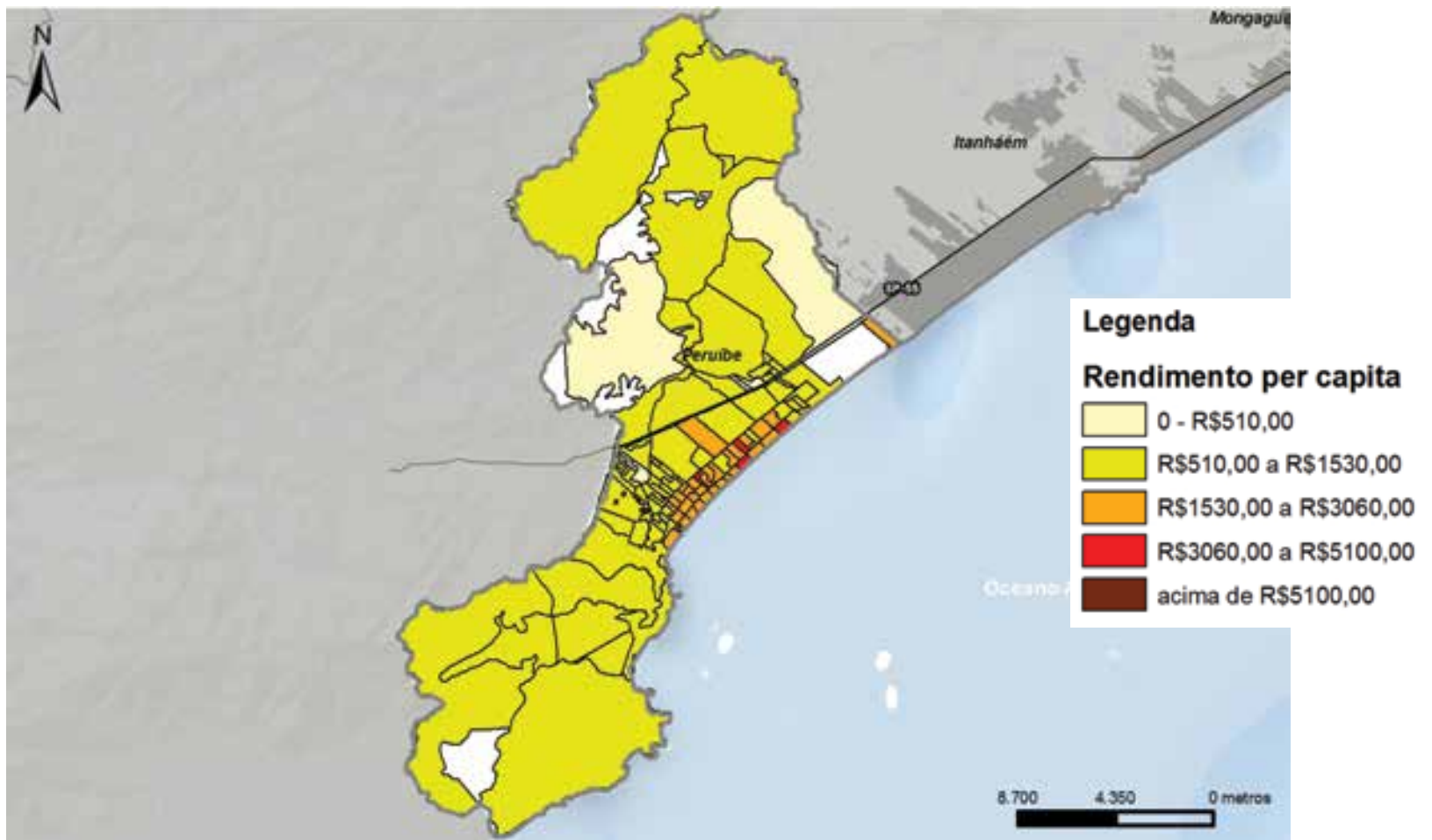
MAPA 2  
Municípios do Litoral Paulista, Taxa Geométrica de Crescimento Anual TGCA 1991/2000 e 2000/2010  
Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1991 e 2000 e Censos Demográficos IBGE, 2000 e 2010

Com relação à caracterização etária da população, Peruíbe apresentou um considerável processo de envelhecimento, com redução da população jovem de até 29 anos, que passou de 56%, em 2000, para 47%, em 2010, e aumento da população com mais de 60 anos, que passou de 10 % para 15% no mesmo período.

De acordo com a classificação das categorias de cor e raça utilizadas pelo IBGE, a população residente em Peruíbe acompanha parte dos municípios litorâneos paulistas, onde o percentual da população parda e negra sobre a população total está acima do percentual verificado para o Estado de São Paulo. A população indígena do município, que representa 0,7% do total, está concentrada em duas Reservas Indígenas: a Terra Indígena Peruíbe e a Terra Indígena Piaçaguera, localizadas na divisa com o município de Itanhaém.

Pode-se dizer que a configuração socioespacial do município de Peruíbe, assim como seu processo de urbanização, tem grandes semelhanças com vários municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista. A espacialização das condições de renda para o município de Peruíbe, mostradas no mapa a seguir, permite iluminar uma grande concentração da população de maiores rendimentos nos setores censitários junto à orla, assim como ocorre nos demais municípios da região.





MAPA 3  
Rendimento nominal mensal per capita das pessoas responsáveis pelos domicílios – Peruíbe  
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010

Deve-se destacar que, em Peruíbe, o processo de verticalização da orla é bem menos acentuado do que em outros municípios da região. De acordo com dados do Censo/IBGE 2012, cerca de 93% dos domicílios ocupados são classificados como casa.

Assim como em outros municípios em que o veraneio se destaca como um importante segmento da economia, Peruíbe apresenta um expressivo número de domicílios ocasionais<sup>5</sup>, que representam 44% dos domicílios existentes no município. Estes domicílios de uso ocasional estão predominantemente localizados na orla. Sua importância reflete em uma grande população flutuante, que chega a atingir mais de 50% da população<sup>6</sup>, impactando nos sistemas de saneamento básico e de fornecimento de energia elétrica. No verão, a população do município é estipulada em 123.269<sup>7</sup>.

Ao observar a dinâmica de crescimento dos domicílios permanentes e ocasionais, verifica-se uma tendência de fixação da população pelo crescimento mais acentuado dos primeiros. Entre 2000 e 2010, o número de domicílios permanentes cresceu 11,92%, enquanto os domicílios de uso ocasional cresceram numa proporção bem menor, com taxa de 6,69%.

Por outro lado, quando se compara com a dinâmica dos municípios vizinhos de Itanhaém e Mongaguá, bem como Bertioga, verifica-se que, embora o crescimento de domicílios permanentes tenha sido semelhante, o crescimento dos domicílios ocasionais em Peruíbe foi bem menos acentuado, indicando, em alguma medida, o menor grau de dinamismo econômico do município. Já Itanhaém, Mongaguá e Bertioga apresentaram taxa de crescimento domicílios de uso ocasional na última década de 12,07%, 9,91% e 27,18%, respectivamente.

Mesmo com menor dinamismo, o veraneio permanece como traço determinante na organização socioespacial do município, influenciando a valorização da terra e fortalecendo a pressão da população de menor renda no sentido de ocupação das áreas protegidas. O interesse da ampliação das dinâmicas econômicas, manifestada por parte de vários segmentos da população, se contrapõe ao desejo de manutenção da tranquilidade e qualidade de vida hoje identificadas no município.

<sup>5</sup> Domicílio de uso ocasional é o domicílio particular permanente que serve ocasionalmente de moradia, geralmente usado para descanso nos fins de semana e férias, entre outras finalidades.

<sup>6</sup> De acordo com dados apresentados no Relatório Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo – 2011 (CETESB, 2012).

<sup>7</sup> De acordo com dados apresentados no Relatório Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo – 2011 (CETESB, 2012).

# ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Acreditamos que o desenvolvimento sustentável do território de Peruíbe deve considerar a importância não somente da dimensão econômica (relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza), mas também das dimensões social e cultural (que implicam qualidade de vida, equidade e integração social), territorial e ambiental (que se refere aos recursos naturais e à sustentabilidade dos modelos de ocupação) e política (que envolve aspectos relacionados à governança territorial).

Dentro dessa perspectiva, apresentamos os principais resultados das análises e identificamos os desafios ao desenvolvimento sustentável do município, considerando três grandes eixos de pesquisa inter-relacionados: a realidade econômica, a organização socioterritorial e a gestão pública.

## EIXO 01 – REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

A riqueza produzida no município em termos de Valor Adicionado (VA)<sup>8</sup>, em 2009, foi de cerca de R\$ 572 milhões, mantendo-se bem abaixo do VA médio dos municípios da Baixada Santista, de cerca de R\$ 2,9 bilhões, mesmo tendo apresentado uma taxa de crescimento superior, de cerca de 172,4%, no período de 1999 a 2009. A pobreza relativa do município se expressa pelo VA per capita de R\$ 9,5 mil, bem abaixo da média da região, próxima de R\$ 16 mil, e do Estado de São Paulo, próximo a R\$ 22 mil.

Região	Valor Adicionado (VA)		Taxa de crescimento	VA por pessoa em 2009
	1999	2009		
Peruíbe	210	572	172,4%	9.564
Média Baixada Santista	1.198	2.940	145,4%	15.902
Estado de São Paulo	324.730	911.386	180,7%	22.088

TABELA 1  
Valor Adicionado (VA), em milhões de reais, no município e média do litoral (2000 – 2009), Percentual de Crescimento do VA, a População em 2010 e o VA por Pessoa

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas (IMP) – F. SEADE, Censo Demográfico – IBGE/Elaboração Instituto Pólis

Quando se examina a participação dos setores no Valor Adicionado do município, verifica-se um grande destaque do setor de serviços, abrangendo os subsetores de administração pública e comércio e outros, que representam cerca de 83% da economia local.



GRÁFICO 1  
Participação dos setores no Valor Adicionado da economia do município de Perúibe (1999-2009)

Fonte: Fundação Seade

Chama atenção, no período de 1999 – 2009, a participação da administração pública como subsetor de maior expansão no VA, de R\$ 36 milhões (17,2% do total) para R\$ 132 milhões (23,1%). O subsetor de comércio e outros serviços apresentou declínio relativo de 64,4% para 60,2%, cerca de R\$ 344 milhões, em 2009.

<sup>8</sup> Valor adicionado (VA) é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário, segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Nota-se que, na década analisada, a indústria decresceu na sua participação relativa no VA do conjunto econômico do município. Já o setor da agropecuária representa 2,3% do total, segundo o crescimento verificado em 2009, em termos absoluto e percentual.

A análise dos estabelecimentos registrados no município<sup>9</sup>, nas diferentes atividades econômicas, reforça a importância do setor terciário. As atividades de comércio e serviços concentram mais de 90% dos estabelecimentos, como mostra o gráfico que apresenta a distribuição pelos diferentes setores. Dentro da Indústria, tem grande destaque a Indústria da Construção (4,3%), que concentra mais estabelecimentos do que a Indústria Extrativa e de Transformação (4,1%).



GRÁFICO 2  
Distribuição (%) dos estabelecimentos por setores da atividade econômica de Perúibe

Fonte: Perfil dos Municípios (IBGE). RAIS (MTE). Elaboração Instituto Pólis

Os maiores empregadores formais são também o setor de serviços e de comércio, mas também tem grande representatividade a administração pública. Dos 7.857 trabalhadores formais, 38,7% estavam no comércio, 29,2% no setor de serviço e 22,7%, na administração pública<sup>10</sup>.



GRÁFICO 3  
Distribuição (%) dos empregos formais por setores da atividade econômica – Perúibe, 2012

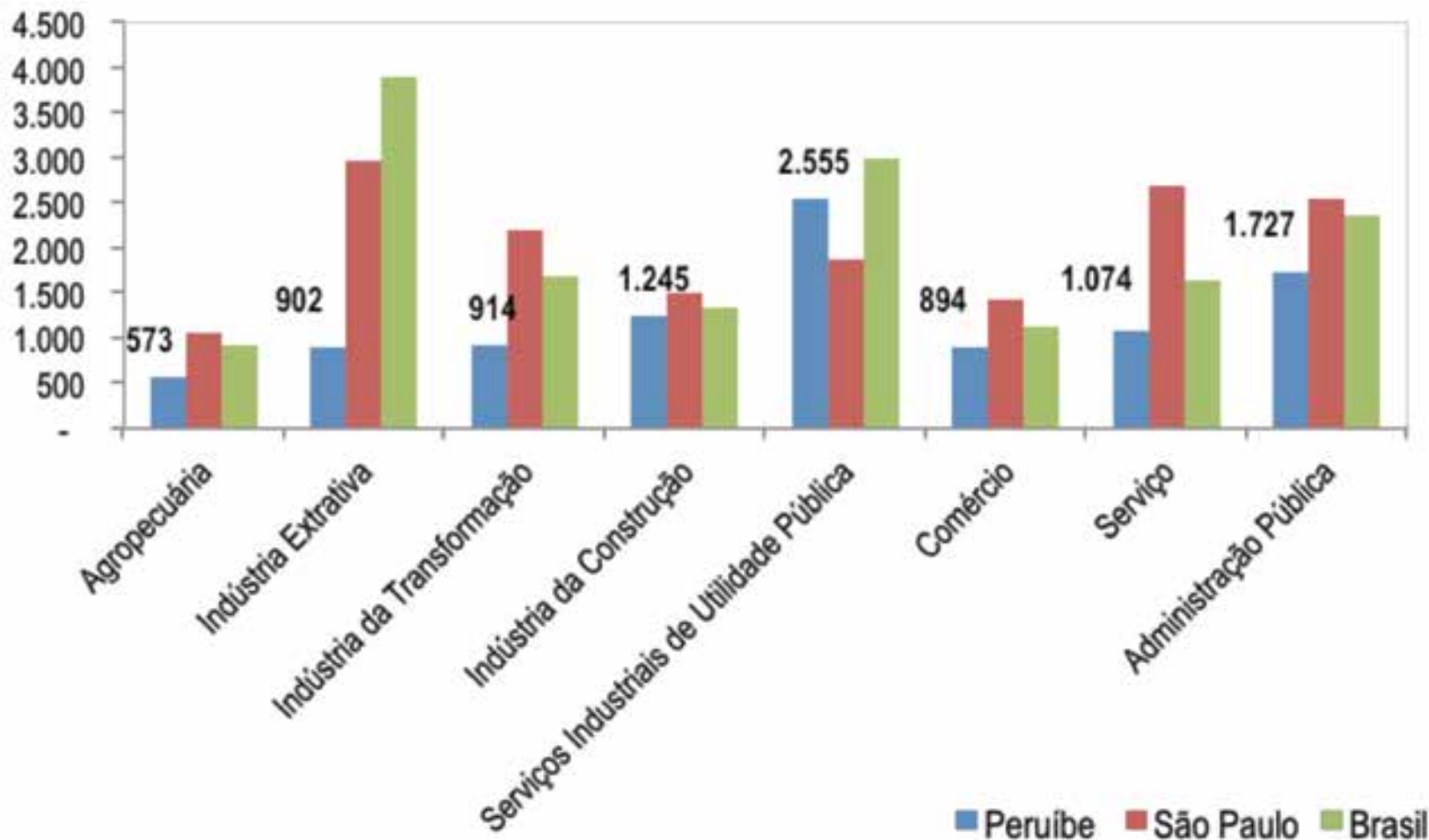
Fonte: MTE, RAIS (2012)

<sup>9</sup> Os conceitos das atividades econômicas foram renomeados, contemplando quando possível a sua relação setorial, especialmente com a indústria, de forma a tornar de mais simples entendimento para o leitor, sem perder sua capacidade explicativa.

<sup>10</sup> É válido mencionar que o emprego formal captado pelos dados do RAIS/MTE refere-se aos vínculos empregatícios regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e estatutários (regidos pelo Estatuto do Servidor Público), marcos institucionais formais do mercado de trabalho nacional.

A indústria da construção e as indústrias de transformação e de serviços industriais de utilidade pública somaram juntas apenas 14% do emprego formal.

De maneira geral, a renda média do salário para as diferentes atividades locais foi inferior à média paga para o mesmo trabalho no Estado de São Paulo e no país. Os salários mais elevados foram pagos nas atividades de serviços industriais de utilidade pública (R\$ 2.555), administração pública (R\$ 1.727) e indústria da construção (R\$ 1.245). Nos setores com maior representatividade em termos de emprego, os salários foram menores, como no caso dos setores de comércio (R\$ 894) e de serviços (R\$ 1.074). A atividade agropecuária concentrou os menores salários médios (R\$ 573).



**GRÁFICO 4**  
Remuneração média em reais por setores da atividade econômica: Peruíbe, São Paulo, Brasil  
Fonte: MTE, RAIS (2012)

A capacidade de ocupação do mercado local eleva-se, por conta da informalidade inerente aos trabalhos precários, relacionados à sobrevivência, especialmente em atividades como agricultura, pesca, construção civil, comércio e serviços com baixo nível de especialização.

Em Peruíbe, a População Economicamente Ativa (PEA)<sup>11</sup> é de 28.752 pessoas, representando cerca de 53% da população do município. A taxa de informalidade do mercado de trabalho em Peruíbe em 2010 era de 55% no município, superior às taxas registradas no Estado de São Paulo (33%) e à média nacional, equivalente a 41%. A taxa de informalidade no município era ainda mais elevada em 2000, quando correspondia a 61,9% do total de trabalhadores ocupados.

Com relação à desocupação de trabalhadores, a taxa em Peruíbe (10,3%) era maior que as verificadas na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo e na média nacional. Para efeito de comparação ao longo do tempo, é imprescindível destacar que, em 2000, seguindo a mesma metodologia, a taxa de desocupação no município era de 26,5%, mais que o dobro da verificada recentemente.

<sup>11</sup> Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definida: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). População Desocupada – aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.). Fonte: www.ibge.gov.br.

Local	PEA	PIA*	Taxa Desocupação** (em %)	Taxa Informalidade*** (em %)
Peruíbe	28.752	50.845	10,3	55
Estado de SP	21.639.776	35.723.254	8,1	33
Brasil	93.504.659	161.981.299	7,6	41

TABELA 2

Indicadores do mercado de trabalho, 2010

\* População em Idade Ativa.

\*\* População Desocupada/PEA.

\*\*\* Proxy considerando os empregados sem carteira e os por conta própria/total de ocupados.

Fonte: IBGE, SIDRA-Censo 2010.

Mesmo que as taxas de desocupação e de informalidade tenham caído em 2010, em relação à 2000, os seus números totais explicam muito da precariedade dos assentamentos urbanos e das relações econômicas locais, por conta da condição de inserção do trabalhador no mercado. O desafio para a inclusão social no município é melhorar a condição de vida de quase 8 mil moradores em assentamentos precários, 14 mil trabalhadores na economia informal, quase 3 mil desocupados e um percentual relevante de trabalhadores de mais de 10 anos, com rendimentos e não alfabetizados (6%, quase 2 mil), acima da taxa estadual (4,1%), um contingente substancial de moradores em estado de indigência (9,6%) e de pobreza (17,7%). Esses traços gerais da estrutura produtiva e do mercado de trabalho do município articulados a uma análise mais detalhada dos setores econômicos permite identificar as características das atividades estratégicas e os principais desafios ao desenvolvimento econômico local, que permanece caracterizado por pouco dinamismo.

A observação da especialização produtiva regional do município a partir de análises do Quociente Locacional (QL)<sup>12</sup>, nos anos de 2000 e 2010, nos revelam tendências e dinâmicas específicas da economia local, como se observa na tabela a seguir que recupera as atividades com maior destaque para o município<sup>13</sup>. O Quociente Locacional indica a representatividade da atividade econômica com relação à capacidade de ocupação formal de trabalhadores no conjunto do município comparado à do estado. Em Perúibe, são as atividades de comércio varejista (QL de 2,3), administração pública (QL de 1,8), alojamento e comunicação (QL de 1,7) e construção civil (QL de 1,2), que se destacam em termos de especialização produtiva regional. Esses números reiteram a importância do setor de serviço na economia local e, particularmente, do veraneio, representado pelo peso relativo das atividades de alojamento e comunicação e construção civil.

<sup>12</sup> O QL é um importante indicador que revela a especificidade de um setor dentro de uma região (município), o seu peso em relação à estrutura empresarial da região (município) e a importância do setor para a economia do Estado. O cálculo do Quociente Locacional (QL) foi produzido a partir de dados do RAIS (MTE). A tabela completa do QL está no Relatório. As atividades que atingem um índice maior do que 1 são consideradas como importantes em termos de especialização produtiva regional.

<sup>13</sup> No relatório completo, no capítulo referente ao Desenvolvimento Econômico, é apresentada a tabela com o conjunto de atividades do município e o seu nível de especialização produtiva.

Setores da atividade econômica com maiores QL's	Quociente Locacional (QL)	
	2000	2010
Serviço Utilidade Pública	1,0	0,9
Construção Civil	1,2	1,2
Comércio Varejista	2,4	2,3
Alojamento e Comunicação	1,7	1,7
Ensino	1,0	0,9
Administração Pública	1,3	1,8

TABELA 3

Quociente Locacional dos principais setores de atividade econômica

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS-MTE.

Embora esses dados não permitam análises aprofundadas dessas áreas específicas, pelo grande nível de agregação de atividades, quando se compara com o nível de especialização das atividades no ano de 2000, percebem-se poucos avanços, reforçando mais uma vez o pouco dinamismo da economia local. No caso das atividades de serviço de utilidade pública, comércio varejista e ensino verifica-se um recuo no nível de especialização.

Chama a atenção o avanço da importância da administração pública, também já indicado pelo aumento de sua participação no Valor Adicionado na economia do município. O aumento do VA da administração pública deve-se ao aquecimento da economia no período, pelo aumento da renda real e do consumo e das dotações de recursos do setor público, notadamente, pelo crescimento dos investimentos públicos estaduais e federais. As atividades de administração pública, defesa e seguridade social destacaram-se por algumas poucas unidades, mas com um grande número de pessoas ocupadas, em especial por grandes unidades do poder público municipal, que concentram significativa quantidade de empregos.

O setor público tem sido um vetor decisivo na dinamização local de outros setores da economia, notadamente a construção civil e o turismo. Dos recursos repassados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), segundo as funções de governo de urbanismo, habitação e infraestrutura, ligada à promoção do turismo, o município acessou mais de R\$ 16 milhões, que representaram mais de 1,3% do total dos repasses da Caixa Econômica Federal, destinados ao litoral considerado. Enquanto na função de saneamento, o recurso foi de quase R\$ 6 milhões, representando também pouco mais de 1,3% do conjunto. O detalhe dos programas de origem dos repasses, disponíveis no site da Caixa, mostra que os recursos foram e estão sendo realizados em projetos de planejamento, regularização e construção de infraestrutura para moradia. As empresas da construção receberam dessa maneira algum estímulo, orientando-se para a produção de produtos e serviços, para as faixas de renda mais baixas e para

a melhoria da infraestrutura urbana destinada tanto aos municípios quanto aos serviços turísticos.

Cumpram ressaltar que, apesar da importância crescente do setor da construção civil e imobiliário, este tem menor dinamismo em Peruíbe quando comparado às demais cidades de veraneio do litoral paulista, fato demonstrado pelo menor avanço do número de domicílios ocasionais. As dinâmicas imobiliárias e o processo de valorização dos imóveis serão analisados com mais profundidade em outro item deste resumo.

Com relação ao turismo, evidencia-se a importância do setor pelo alto QL nas atividades de alojamento e comunicação, embora esta atividade não tenha apresentado avanço na especialização no período entre 2000 e 2010.

Por fim, deve-se destacar uma atenção com a atividade da pesca, que tem grande importância social e cultural, embora não seja captada pelos dados oficiais pelo grande nível de informalidade, fundada na predominância de uma produção de caráter familiar e artesanal, representada na pobreza das condições materiais do pescador. Em 2010, a produção foi de 7,9 toneladas, pouco representativa mesmo quando comparada à produção de outros municípios do litoral paulista.

Por sua integração na Região Metropolitana da Baixada Santista e relativa proximidade à importantes polos concentradores de atividades da região, Peruíbe será impactada diretamente ou indiretamente pelo intenso dinamismo econômico evidenciado na região, resultante da ampliação e modernização de rodovias e áreas portuárias, além do início da exploração do pré-sal. O conjunto de empresas e outras organizações localizadas no município representavam, em 2010, 1.586 unidades de produção de bens e serviços, sendo este número 11% maior em relação a 2006, ou seja, no período posterior ao anúncio da descoberta do pré-sal.

Até o presente momento, o que se evidencia, entretanto, é uma baixa integração de Peruíbe na cadeia de produção de petróleo e gás. O banco de dados das empresas cadastradas pela Rede Petros<sup>14</sup> mostra uma única empresa (imobiliária) interessada em prestar serviços à Petrobrás. A importância e a dimensão das áreas protegidas no município limitam a implementação de grandes empreendimentos.

Deve-se ressaltar que a magnitude e a abrangência da cadeia de petróleo e gás natural fazem com que o setor apresente necessidades específicas em termos de

mão-de-obra. Embora existam esforços da Petrobras<sup>15</sup> no sentido de qualificação da mão de obra para o setor, não foi identificada nenhuma ação específica de qualificação técnica-profissional sendo desenvolvida no município.

O crescimento da economia local, ainda que superior à média do litoral considerado, ocorre simultaneamente à sua menor condição de produção de Valor Adicionado e de salário médio per capita. Este quadro impõe imensos desafios ao setor público, que tem que enfrentar a considerável precariedade da moradia e da infraestrutura pública e a condição de indigência e pobreza de parte significativa da população.

A formação, organização e capitalização (acesso a microcrédito) do trabalhador são estratégias importantes que têm sido realizadas pelo poder público local, com o apoio dos demais níveis de governo. As altas taxas de informalidade e de desocupação das pessoas na economia do município coloca um sério e urgente desafio à formação técnica, e à extensão de condições mínimas de produção e geração de renda.

Por fim, ressalta-se que o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente aparece como um aspecto importante a ser enfrentado. Cumpram lembrar que em 2005, a proposta de construção de um Porto no Município de Peruíbe (Porto Brasil), pelo grupo do empresário carioca Eike Batista, foi embargada pelo IBAMA e pela luta dos indígenas, que se posicionaram fortemente contra, em razão do projeto prever a ocupação de parte de seu território. Interessante notar que, embora esse empreendimento seja visto como um forte gerador de empregos, as pesquisas e dinâmicas, realizadas com a população pela equipe Pólis, mostraram que a tendência destes grupos foi apoiar o embargo, em nome da preservação do meio ambiente<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Para suprir as necessidades da indústria petrolífera nacional foi criado, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp, cujo objetivo é o treinamento da mão-de-obra (com o oferecimento de bolsas de estudo para os participantes) demandada pelos empreendimentos do setor de petróleo, principalmente as empresas fornecedoras de bens e serviços nos 17 estados do País, onde foram previstos investimentos por parte da Petrobras. A estruturação de cursos do PNQP é baseada na previsão de demanda, calculada com base no portfólio e projetos da Petrobras. O foco do PNQP é a qualificação profissional, por meio de cursos de curta duração (semestrais), destinados ao ensino básico, médio e superior, além de cursos de formação gerencial.

<sup>16</sup> Na percepção da população que participou da pesquisa qualitativa, a paralisação do processo de construção do Porto Brasil se deu a partir de um embargo. Porém, segundo pesquisa realizada e informações do município de Peruíbe, tal embargo não teria ocorrido. Segundo o município, “certa vez uma audiência pública organizada pela Secretaria de Meio Ambiente, com o objetivo de listar o que deveria constar no Termo de Referência do EIA-RIMA, foi suspensa judicialmente por conta da área ser objeto de demarcação de terra indígena em andamento (promovida pela FUNAI junto ao MPF). Também não houve avanços na expectativa do empreendedor em reverter a situação da demarcação junto a FUNAI. O motivo formal da desistência do empreendedor, em outubro de 2008, foi o início da crise financeira mundial e a consequente inviabilização do projeto, que dependia, em parte, destes recursos voláteis”.

<sup>14</sup> Rede Petros – parceria entre o Sebrae e a Petrobrás, cujo objetivo é promover a inserção competitiva e sustentável dos micro e pequenos negócios, fornecedores efetivos e potenciais, na cadeia de produção de petróleo.

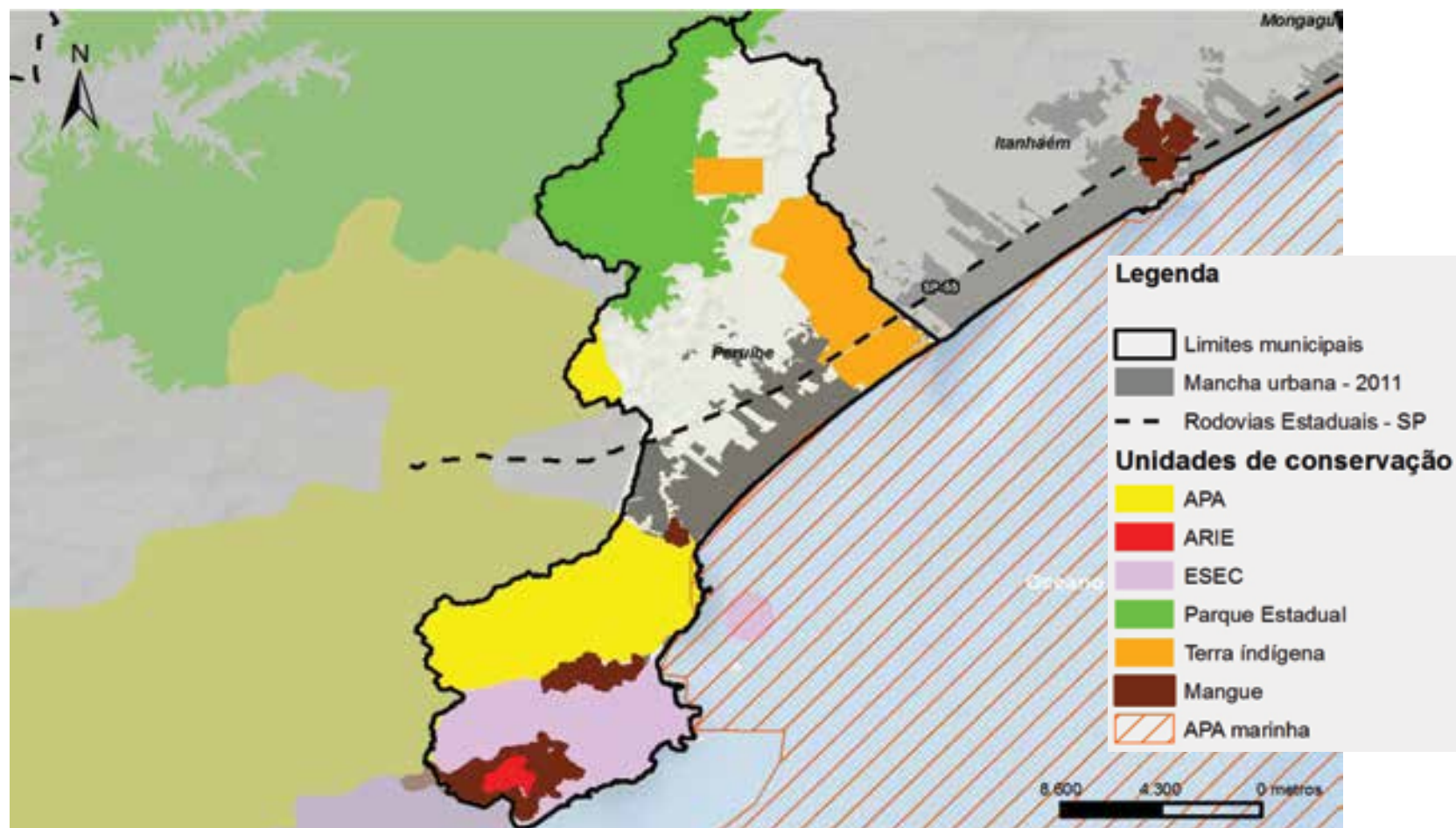
## EIXO 02 – ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL

A seguir apresentamos as dinâmicas de ocupação do território, considerando a sua interação com o meio ambiente, com a expansão da produção imobiliária e com a habitação e regularização fundiária. Diretamente articuladas às dinâmicas de ocupação do território, as condições de mobilidade e saneamento serão também determinantes na compreensão da organização socioterritorial. Por fim, são apresentadas as análises desenvolvidas nas áreas de segurança pública, cultura, saúde e segurança alimentar que, juntas, ajudam a ampliar a compreensão da organização socioterritorial do município.

### Meio Ambiente e Território

O município de Peruíbe está inserido em uma região de domínio da Mata Atlântica, sendo que 72,67% de sua área são recobertos por vegetação natural, incluindo floresta ombrófila densa (Montana, Submontana e de Terras Baixas), manguezais e extensos ecossistemas associados de restinga que se estendem desde a faixa de areia até a Serra do Mar (SMA/IF, 2007). Estes atributos anteriormente descritos, somados à existência de importantes ambientes para a reprodução e preservação da biota marinha e insular, acabaram por justificar a criação de um conjunto de unidades de conservação no município: Parque Estadual da Serra do Mar (PESM); Estação Ecológica de Juréia-Itatins; APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe; Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal; APA Marinha Litoral Centro e Estação Ecológica de Tupiniquins.

Adicionalmente, cumpre mencionar que Peruíbe abarca as terras indígenas Guarani Peruíbe (480,47 ha) e Piaçaguera (2.795 ha). Todas estas áreas de grande interesse ambiental são indicadas no mapa abaixo.



MAPA 4  
Unidades de Conservação existentes no município de Peruíbe

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 2011; Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2011; FUNAI, 2011.

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) é o maior parque do Estado de São Paulo e, também, a maior unidade de conservação de proteção integral de toda a Mata Atlântica<sup>17</sup>. Em Peruíbe está localizado o Núcleo Itarirú, que possui cerca de 55 mil ha., abrangendo também os municípios de Pedro de Toledo, Itariri e Juquitiba.

<sup>17</sup> A área total do PESM abrange 315.390 hectares e engloba 23 municípios do Estado. Esta unidade de conservação é demasiadamente importante porque se configura como um corredor ecológico que possibilita conectar os mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do Brasil.

Em Peruíbe, o Núcleo Itarirú abrange 20,6% de sua área total, englobando áreas de alta importância para a conservação da biodiversidade nas áreas de maior altitude. Além disso, esta unidade de conservação também é demasiadamente importante para a proteção dos recursos hídricos, uma vez que abrange importantes mananciais de água (SMA/FF, 2006).

Com relação à flora, o núcleo concentra a maior extensão de áreas bem conservadas e com o menor grau de conhecimento da vegetação, principalmente em virtude da dificuldade de acesso às trilhas. Os resultados extremamente baixos de riqueza da fauna devem-se ao fato da criação deste núcleo ser relativamente recente e, também, por este não apresentar infraestrutura para pesquisa.

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins (ESEC-JI)<sup>18</sup> possui 79.230 ha e ocupa áreas dos municípios de Iguape, Miracatu, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe, sendo que neste último compreende cerca de 24% de seu território. Sua importância reside no fato de estabelecer uma proteção legal bastante rígida sobre um dos últimos locais do Estado de São Paulo que abriga praias arenosas, costões rochosos, manguezais, matas de restinga e florestas de baixada, de encosta e de altitude em excelente estado de conservação; além de ser também uma das poucas áreas remanescentes a abrigar uma rica e diversificada fauna, com presença de algumas espécies endêmicas e migratórias (Fundação Florestal, 2012).

Adicionalmente, a região da ESEC-JI é conhecida como território de inúmeras comunidades tradicionais caiçaras que vivem da combinação de atividades de pesca, extrativismo e roça, apresentando uma cultura e um modo de vida muito peculiar e de grande relevância cultural. Incluem-se aí as comunidades caiçaras dos núcleos Barra do Una, Grajaúna, Guilherme e Rio Verde, além de comunidades indígenas Guarani Nandeva (Fundação Florestal, 2012).

A APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA-CIP)<sup>19</sup> possui 234 mil ha e abrange grande parte do litoral Sul do Estado de São Paulo, incluindo parte de seis municípios (Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu e Peruíbe) e as ilhas oceânicas de Queimada Grande, Queimada Pequena, Bom Abrigo, Ilhote, Cambriú, Castilho e Figueiras.

Os limites desta área protegida<sup>20</sup> abrigam a maior porção contínua e mais preservada de Mata Atlântica do Brasil. Nos limites da APA-CIP está situado um dos maiores e mais significativos ecossistemas de Florestas de Restinga do litoral brasileiro e uma das maiores extensões de manguezais da costa sudeste brasileira, inserindo-se no complexo estuarino-lagunar de Iguape-Paranaguá (SANTOS e MARTINS, 2008).

Também na região da APA-CIP estão situadas inúmeras comunidades tradicionais, incluindo comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas. Dentro desta área está situada ainda a Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal<sup>21</sup>, correspondente a uma ilha fluvial (volta morta) de 358,88 ha, localizada na foz do Rio Una do Prelado, nas proximidades do vilarejo da Barra do Una. Pela proximidade a Peruíbe, o local é muito visitado por turistas que se hospedam em campings e pousadas rústicas na Vila da Barra do Una.

A Apa Marinha do Litoral Centro (APAMLC)<sup>22</sup> é a maior unidade de conservação marinha do País, com 449.259,70 hectares, abrangendo os litorais dos municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe (Fundação Florestal, 2012). Na planície sedimentar que vai da Praia Grande a Peruíbe está definido o Setor Carijó, englobando ilhas próximas à costa, como a Laje da Conceição, ou distantes, como a Ilha da Queimada Grande.

A Estação Ecológica dos Tupiniquins<sup>23</sup> compreende a Ilha de Peruíbe, a Ilha Queimada Pequena, a Ilhota das Gaivotas e o Parcel da Noite Escura, todos localizados no município de Peruíbe, e a Ilha do Cambriú e a Ilha do Castilho, localizadas no município de Cananéia. Além disso, também abrange o entorno marinho destas mesmas ilhas num raio de 1 km a partir da rebentação das águas nos rochedos e nas praias. Especificamente no que tange à Peruíbe, a ESEC Tupiniquins compreende 855,88 ha, sendo 22,39 ha insulares e 833,41 ha marinhos. A Ilha de

<sup>20</sup> Devido a sua grande extensão e localização, na área da APA-CIP ou em seu entorno coexistem diversas outras unidades de conservação como parques (Campina do Encantado, Ilha do Cardoso, Intervalos, Carlos Botelho, Jacupiranga, Superagui), estações ecológicas (Juréia-Itatins, Chauás e Tupiniquins), APAs (Ilha Comprida, Serra do Mar e Guaraqueçaba), Reserva Extrativista do Mandira e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Ilhas oceânicas da Queimada Grande e Queimada Pequena e Ilha fluvial do Ameixal), constituindo, assim, um mosaico de unidades de conservação (ICMBIO, 2012).

<sup>21</sup> Foi criada pelo Decreto Federal nº 91.889, de 05 de novembro de 1985. Ela é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), possuindo sede própria localizada no bairro Canto do Morro, em Iguape (SP).

<sup>22</sup> Criada pelo Decreto Estadual nº 53.526, de 8 de outubro de 2008, é administrada pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal).

<sup>23</sup> Criada pelo Decreto Federal nº 92.964, de 21 de julho de 1986, com o objetivo de conservar ecossistemas insulares e marinhos no litoral sul do Estado de São Paulo, é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

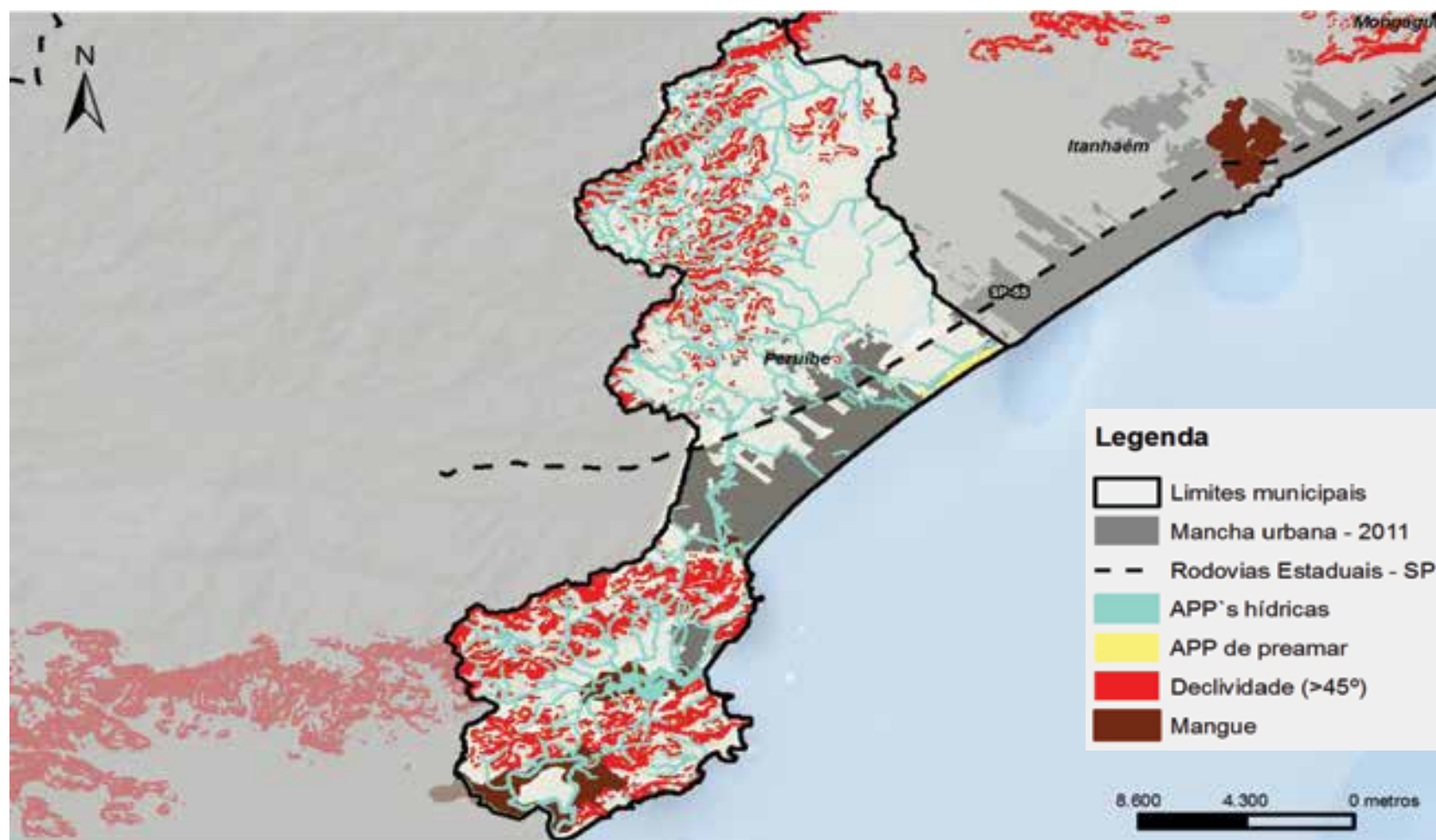
<sup>18</sup> Criada pelo Decreto Estadual nº 24.646, de 21 de janeiro de 1986, e, presentemente, é administrada pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), tendo como gestor Manuel Messias dos Santos.

<sup>19</sup> A APA-CIP foi criada pelo Decreto Federal nº 90.347/1984 e, posteriormente, ampliada pelo Decreto Federal nº 91.982/1985. Presentemente é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



Peruíbe (também conhecida como Ilha Redondinha) dista 2,1 da costa e possui 2,26 ha. Já a Ilha Queimada Pequena (também conhecida como Ilha Redonda e Ilha da Queimadinha) e a Ilhota das Gaivotas distam 17 km da costa e possuem respectivamente 18,07 ha e 2,06 ha. Quanto ao Parcel Noite Escura, esta é uma área submersa a sul-sudeste da Ilha Queimada Pequena que precisa ser melhor delimitada por estudos técnicos, de forma a incorporar esta delimitação ao Decreto Federal nº 92.964/1986 (ICMBIO, 2008).

Considerando as determinações do novo Código Florestal, o município possui ainda 98,32 km<sup>2</sup> de Áreas de Preservação Permanente (APPs), equivalente a 30,34% de sua área total. As áreas com declividade superior a 45° e de manguezais, que representam, respectivamente, 60,27% e 10,82% das tipologias de APP analisadas, não apresentaram ocupações urbanas detectáveis pela escala de análise adotada. Quanto às ocupações de margem de rio, estas representam 27,7% do total das tipologias de APP analisadas e possuem 1,53 km<sup>2</sup> ocupados pela urbanização. Isto representa 100 % do total geral das áreas urbanizadas em APP. Esse tipo de ocupação ocorre de forma intensiva por toda a mancha urbana de Peruíbe dentro de um modelo de urbanização que induz o aproveitamento máximo das margens de córregos, canais e rios por avenidas e moradias. No mapa abaixo são apresentadas as áreas de APPs mapeadas, segundo determinações do novo Código Florestal, sobrepostas à ocupação urbana.



Todas as áreas especialmente preservadas do município de Peruíbe possuem conselhos gestores para a tomada de decisões e planejamento da gestão<sup>24</sup>. Apesar da importância desses conselhos, existem algumas ameaças e desafios à preservação dos espaços protegidos. Por outro lado, importantes iniciativas têm dado impulso à conservação destas áreas.

#### DESAFIOS À PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS

As ocupações irregulares decorrentes de urbanizações formais e informais, a existência de vetores de seccionamento, a exploração predatória da biota, além da situação fundiária irregular são problemas que interferem em diferentes aspectos na preservação dos espaços protegidos.

<sup>24</sup> O Conselho Gestor da Estação Ecológica de Juréia-Itatins não havia sido regulamentado até a finalização desse diagnóstico, em dezembro de 2012.

A questão das ocupações temporárias no interior do PESH, em Peruíbe, é um dos mais graves problemas de todo o Parque Estadual da Serra do Mar. Embora a área do PESH nesse município seja considerada devoluta, existe o registro de mais de 600 edificações em seu interior. São ocupações de caráter rural, ligadas ao cultivo da banana, algumas localizadas na floresta primitiva, muitas delas já configurando sítios de lazer (SMA/IF, 2006).

Deve-se ressaltar que, durante muitos anos, a ocupação nestas áreas foi estimulada. Foi somente com a implantação da sede do Núcleo Itarirú (antigo Núcleo Pedro de Toledo), no ano de 2001, e com a edição do Plano de Manejo do PESH no ano de 2006 que se estabeleceu uma política mais restritiva ao uso e ocupação do solo deste setor do Parque, ensejando uma intensificação das ações de fiscalização ambiental com o intuito de se inserir este território no contexto de uma unidade de conservação de proteção integral do Estado de São Paulo (SANTOS, 2008). A ameaça de desocupação e reassentamento dos moradores que ali vivem gerou uma forte mobilização social das comunidades locais. Tal mobilização forçou a abertura de canais de diálogo que culminaram na criação de uma Câmara Temática no Conselho Consultivo do Núcleo Itarirú para tratar especificamente da questão (SANTOS, 2008).

Apesar das recomendações desta Câmara Temática de desafetação do parque nesta localidade com a subsequente criação de uma APA (Área de Proteção Ambiental), o governo do Estado de São Paulo, através do Programa Serra do Mar, manteve os objetivos de desocupação e regularização fundiária, por meio de reassentamento ou indenização de benfeitorias para esta localidade, estando previstas remoções nos bairros Bananal e Guanhanhã. Outras ocupações, como no Núcleo Itarirú demandam acompanhamento e solução para as famílias (SMA/FF, 2006).

A urbanização na zona de amortecimento do PESH em Peruíbe não se apresenta como uma ameaça imediata devido à existência de uma grande área de planície entre a fronteira urbana e a zona núcleo do Parque. Entretanto, é preocupante a expansão fragmentada das áreas urbanas sobre os ambientes de restinga, que se acentuou a partir da década de 1980.

Com relação à APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe, a falta de um Plano de Manejo leva a situações contraditórias. Ao mesmo tempo em que esta ausência torna a proteção da área vulnerável, impõe uma série de limitações à urbanização do bairro do Guaraú, que engloba os loteamentos da Prainha do Guaraú, Quinta do Guaraú e Estância Balneária Garça Vermelha, no município de Peruíbe. Nestas áreas, estão proibidas a implementação de novas residências, bem como melhorias urbanas.

Na área do Núcleo Itarirú do PESH em Peruíbe, também foram identificadas ações ilegais de caçadores e extratores de recursos naturais, incluindo palmito e bromélias, sendo que a extração de palmito Juçara (*Euterpe edulis*) é bastante intensa na Trilha do Rio do Ouro (SMA/FF, 2006). Importante observar que, no que tange à caça, essa é bastante comum no período noturno, quando a fiscalização é quase inexistente.

Com relação à questão fundiária, no que tange à área do Núcleo Itarirú do PESH em Peruíbe, a quase totalidade de suas terras não estão regularizadas do ponto de vista fundiário, sendo em sua grande maioria remanescentes devolutos.

Também na ESEC Juréia-Itatins, a situação fundiária é bastante complexa, havendo apenas um perímetro discriminado no território abrangido por esta unidade de conservação com terras devolutas já arrecadadas.

### PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DE PRESERVAÇÃO E ESTÍMULO DE USOS SUSTENTÁVEIS

Atualmente, um conjunto de projetos e ações estratégicas vem sendo desenvolvido no sentido de garantir a conservação do parque e estimular ocupações sustentáveis nas áreas de amortecimento do PESH.

A proposta de elaboração do Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar<sup>25</sup> está inserida no contexto do Programa da Recuperação Sociambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica do Governo do Estado de São Paulo e conta, portanto, com financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento (ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

As atividades de uso público ligadas ao PESH em Peruíbe são pouco comuns, uma vez que a área do Núcleo Itarirú, em Peruíbe, não é considerada uma área prioritária para tal fim, pelo Plano de Manejo do PESH. Portanto, não há ali nenhuma infraestrutura de apoio à visitação nem recursos humanos dedicados ao acompanhamento desta atividade.

Na zona de amortecimento do Parque, é interessante observar que vêm sendo desenvolvidas atividades de produção de mudas de palmeira Juçara nas terras indígenas de Peruíbe e Itanhaém, com o apoio da coordenação técnica da Funai. Peruíbe possui uma zona rural com atividades bastante ativas e diversificadas. Ali são desenvolvidas a bananicultura, bem como plantações de palmito pupunha e gêneros hortifrutigranjeiros. Além disso, também há criações de ovinos, caprinos, bovinos e bubalinos, mas que não são significativas em comparação com outros municípios do Estado de São Paulo.

<sup>25</sup> No relatório principal podem ser identificados mais detalhes desse projeto, como seus objetivos, descrição de seus principais benefícios e áreas estratégicas de atuação.

Uma atividade econômica que vem ganhando importância na zona rural de Peruíbe é o turismo rural. Dentre as inúmeras possibilidades de turismo existentes nas propriedades rurais estão restaurantes, trilhas, cachoeiras, piscinas naturais, passeio a cavalo e pescaria nos inúmeros pesqueiros ali existentes. Um importante empreendimento é a Estação Ecológica Guanhanhã, administrada pela ONG ECO Guanhanhã em parceria com o Instituto HSBC de Solidariedade.

No caso da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, apesar do uso público ser permitido apenas para fins de educação ambiental e mediante agendamento, ocorrem visitas não autorizadas, incluindo a prática de camping em várias áreas desta unidade de conservação.

Ademais, é importante mencionar que um dos principais atrativos da ESEC-JI, a Cachoeira do Paraíso, tem seu uso limitado para visita pela Fundação Florestal em, no máximo, 270 pessoas por dia, tanto para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental no Centro de Visitantes, quanto na área para banho que é restrita às piscinas naturais, não sendo permitido o acesso às áreas superiores da cachoeira.



FIGURA 1  
Cachoeira do Paraíso/ Juréia  
Fonte: Fonte: André Pimentel, n.d.

No caso da Apa Cananéia Iguape Peruíbe, cumpre reconhecer que a mesma é conhecida como um território de vivência de inúmeras comunidades tradicionais, incluindo caiçaras, quilombolas e indígenas.

Por fim, cumpre destacar que tanto na Lei Orgânica do Município, como no seu Plano Diretor (Lei complementar nº 100/2007), existe plena compatibilização entre as orientações concomitantes de preservação e uso do meio ambiente, o que parece configurar um destaque positivo à disposição normativa sobre o tema.

Naquilo que concerne ao zoneamento estabelecido no Plano Diretor, dá-se relevo às macrozonas diretamente relacionadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais para atividades produtivas, quais sejam, as Macrozonas de Proteção

Ambiental, Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental e de Amortecimento da Jureia. Além dessas, a Macrozona de Recuperação Urbana também trabalha diretamente com aspectos ambientais, mas objetiva a recuperação de áreas degradadas.

A riqueza do meio ambiente de Peruíbe e as potencialidades do desenvolvimento de usos sustentáveis nas áreas preservadas dão relevo ao tema da preservação ambiental no município.

## Ocupação Urbana e Regulação Urbanística

Apesar da redução do crescimento populacional na última década e da baixa densidade na ocupação urbana, a segregação socioterritorial e as condições insatisfatórias de habitação persistem como traços da urbanização local. Tais dinâmicas são fortemente influenciadas pela importância da produção imobiliária para o veraneio, ao mesmo tempo em que ameaçam a preservação das áreas protegidas do município, que passam a ser alvo de ocupações formais e informais.

Apesar de Peruíbe apresentar ainda um percentual relativamente alto de áreas não urbanizadas<sup>26</sup>, mesmo quando excluídas as áreas protegidas, deve-se destacar que muito desses espaços apresentam algum grau de fragilidade geotécnica. Tais condições trazem a necessidade de um rígido controle sobre a ocupação urbana deste município, com o estabelecimento de regras de ordenamento urbano e de construção que garantam uma ocupação adequada às restrições geológicas. É sobre esse contexto que se faz necessária a avaliação dos instrumentos da política urbana e a discussão sobre os desafios ao planejamento da expansão urbana e melhoria das condições existentes.

O ordenamento territorial de Peruíbe é regulado por diversas leis aprovadas após a promulgação do Estatuto da Cidade, principalmente, pelo Plano Diretor (Lei complementar municipal nº 100/2007), Lei de Uso do Solo (Lei complementar nº 121/2008), o Código de Obras e Edificações (Lei complementar nº 123/2008) e a Lei que regulamenta os instrumentos de outorga onerosa do direito de construir e transferência do direito de construir (Lei municipal nº 3.054/2010).

O parcelamento do solo em Peruíbe será regulamentado por lei específica (art. 236, plano diretor). Todavia, tendo em vista que a lei mencionada ainda não foi aprovada, ficam mantidas as disposições previstas na Lei nº 733/79 (art. 248, Plano Diretor). Vale notar que tal determinação pode gerar dúvidas rela-

<sup>26</sup> No relatório de Peruíbe, foi desenvolvido um extenso mapeamento que identifica "áreas de monitoramento territorial". Trata-se de áreas que apresentam potencial para ocupação e que, por isso, precisam ser monitoradas, pois, na atualidade, representam áreas de disputa, tanto para a ampliação dos espaços protegidos, como para o avanço da urbanização.

cionadas à interpretação da legislação urbanística em Peruíbe já que não fica claro quais dispositivos da lei anterior que podem ser ainda considerados aplicáveis.

O Plano Diretor é reconhecido como o principal instrumento de ordenamento territorial e deve observar o disposto pelo Estatuto da Cidade e pelo plano estadual de gerenciamento costeiro (art. 77, §2º, LOM). Com efeito, o ordenamento do uso e ocupação do solo em Peruíbe fundamenta-se no plano estadual de gerenciamento costeiro<sup>27</sup> (art. 89, inciso III, plano diretor), mas é importante destacar que o Projeto Orla em Peruíbe não foi elaborado.

Segundo o Plano Diretor, o território de Peruíbe subdivide-se em Macrozonas e também em Zonas Especiais, Setores e Corredores. As oito macrozonas delimitadas são: de Proteção Ambiental (I); Rural de Desenvolvimento Agro-Ambiental (II); de Amortecimento da Juréia (III); de Recuperação Urbana (IV); de Qualificação Urbana (V); de Expansão Urbana Ordenada (VI); Turística de Sol e Praia (VII); e de Adequação Urbano-Ambiental (VIII).

As funções sociais da cidade e da propriedade em Peruíbe fundamentam-se nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade e nos objetivos das Macrozonas estabelecidos pelo Plano Diretor. E para garantir o seu cumprimento, o Plano Diretor prevê as regras de aplicação dos instrumentos do parcelamento, edificação e utilização compulsórios de maneira bastante detalhada (art. 182 e seguintes do Plano Diretor). Esses instrumentos, seguidos do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação por títulos da dívida pública, visam induzir a ocupação das áreas vazias ou subutilizadas em Peruíbe e só podem ser aplicados na Macrozona de Qualificação Urbana e na Macrozona Turística de Sol e Praia.

Além desses instrumentos, também são tratados de maneira detalhada no Plano Diretor a transferência do direito de construir; o consórcio imobiliário; o direito de preferência; operações urbanas consorciadas; outorga onerosa do direito de construir; direito de superfície e o estudo de impacto de vizinhança (art. 180 e seguintes.).

Nesse sentido, tal como previsto pelo Estatuto da Cidade, o Plano Diretor define as áreas de aplicação dos instrumentos, estabelecendo, porém, a necessidade de regulamentação de muitos deles por leis municipais específicas e posteriores ao Plano Diretor.

<sup>27</sup> Deliberação CONSEMA 34/2011 aprovou uma minuta de decreto que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da Baixada Santista.. Embora ainda não tivesse sido promulgado, quando da elaboração deste Resumo, o Decreto do Governador – o que lhe daria validade jurídica - há que se considerar que o Zoneamento Econômico Ecológico é instrumento da política nacional e estadual de gerenciamento costeiro (Lei federal nº 7.661/88, Decreto federal nº 5.300/04 e Lei estadual 10.019/98). A minuta do Decreto está disponível no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente: [http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/files/2011/05/ZEE-Baixada-Santista\\_Encaminhado-SMA.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/files/2011/05/ZEE-Baixada-Santista_Encaminhado-SMA.pdf). Consulta em 16/07/2012.

Nesse sentido, reconhece-se que Peruíbe avança na implementação de instrumentos da política urbana, já que define as áreas de aplicação dos mesmos e já regulamentou, por lei específica, os instrumentos de outorga onerosa do direito de construir e transferência do direito de construir (Lei municipal nº 3.054/2010).

A seguir aprofundamos a discussão dos principais desafios ao desenvolvimento e a expansão urbana de Peruíbe, a partir da análise das dinâmicas imobiliárias e da precariedade habitacional – identificados como questões centrais.

## Dinâmica Imobiliária

Em Peruíbe, a crescente demanda pelas atividades imobiliárias se concentrou em um padrão predominantemente horizontal, com a implantação de residências, loteamentos e condomínios fechados. Apesar da intensificação do processo de verticalização nos municípios da Baixada Santista, em Peruíbe os empreendimentos imobiliários verticais foram implantados de maneira pontual e dispersa, localizados principalmente nas faixas de terra próximas à orla, em áreas valorizadas e servidas de infraestrutura urbana e próximas à Av. Padre Anchieta – um dos principais eixos de ligação entre os bairros da cidade.



FIGURA 2  
Vista a partir do mirante de Peruíbe, retratando a predominância do padrão horizontal das construções.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Peruíbe, 2004.

Os edifícios verticais aparecem nos bairros do Centro, Cidade Balneária de Peruíbe, Balneário Stela Maris, Barra de Jangadas, Balneário Flórida, Samburá, Três Marias, Estância Balneária Belmira Novaes e Estância Balneária Convento Velho. Essas áreas correspondem à Macrozonas de Qualificação Urbana e à Macrozona Turística de Sol e Praia, caracterizadas por sua proximidade à orla e pela disponibilidade de infraestrutura e equipamentos públicos.

Os bairros Três Marias e Centro são os que apresentam o maior número de construções verticais dispersos próximos a Av. Padre Anchieta. No bairro Três Marias, as construções são mais antigas, variando entre 15 e 32 anos – somente uma delas foi erguida no ano de 2006. Os valores pesquisados variam de R\$ 170 mil a R\$ 200 mil, para venda.

O Centro é o bairro que concentra o maior número de construções verticais da cidade, sendo a maioria delas, assim como no bairro Três Marias, empreendimentos mais antigos construídos desde a década de 1970. Os empreendimentos mais antigos do Centro possuem metragens menores, estão localizados geralmente sobre estabelecimentos comerciais na Av. Padre Anchieta e são comercializados por valores mais acessíveis, que variam de R\$ 130 mil a R\$ 200 mil. Já os novos empreendimentos são comercializados por valores maiores, que variam de R\$ 295 mil a 450 mil. A principal diferença entre eles é que os mais novos possuem metragens um pouco maiores e registram a presença de varandas. Os empreendimentos que possuem gabaritos maiores são as construções mais antigas, com destaque para o Edifício Itatins, o mais alto da cidade, com 15 pavimentos. As novas construções possuem um padrão que varia entre 4 e 5 pavimentos.

No bairro Samburá estão localizadas de forma mais dispersa as construções mais novas e voltadas às classes de maior poder aquisitivo. Esses empreendimentos se diferenciam por possuírem salão de festas, salão de jogos, piscina, academia e salas de cinema, além de unidades com até 4 dormitórios, constituindo-se nos produtos imobiliários mais elitizados da cidade. Variam de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil.

Alguns empreendimentos que atualmente estão em construção também comercializam unidades com valores mais altos, variando de R\$ 350 mil a R\$ 500 mil, nos bairros próximos ao centro, com metragem de 120m<sup>2</sup> de área útil e gabaritos de 09 a 11 pavimentos. É importante salientar que essa valorização e oferta de imóveis novos que se direciona, em alguns bairros, a um público de média e alta renda, contribui com o aumento da segregação socioespacial no município, onde a população sem acesso a essa oferta de imóveis acaba por ocupar irregularmente e precariamente áreas urbanas mais afastadas.



FIGURA 3  
Peruíbe – Empreendimentos verticais nos Bairros Três Maria, Centro e Samburá  
Fonte: Centro Imobiliária, 2012

De maneira geral, o município destaca-se positivamente no controle de seu adensamento construtivo, com claros incentivos à habitação de interesse social e ao desenvolvimento de empreendimentos voltados ao turismo (que possuem facilidades de obtenção de potencial construtivo adicional). São previstos procedimentos para o recolhimento de contrapartidas para fazer frente à pretendida otimização do tecido urbano dotado de infraestrutura, com clara priorização dessa área para incremento populacional. Da mesma maneira, a discriminação legal dos parâmetros, por meio de seu macrozoneamento, zoneamento especial e setores especiais, representa uma lógica coerente para a contenção do espraiamento urbano em áreas ambientalmente mais sensíveis e menos antropizadas.

Por outro lado, esta tendência da verticalização em Perúibe, apesar de ainda tímida, não difere dos outros municípios litorâneos, e mostra a consolidação de um mercado imobiliário direcionado para uma demanda de média e alta renda formada, principalmente, por famílias interessadas em imóveis de veraneio. Tais dinâmicas reforçam a valorização dos terrenos dotados de melhor infraestrutura e equipamentos, dificultando as condições de acesso a moradia à população local.

Já os condomínios e loteamentos horizontais tiveram e continuam a ter um papel muito mais determinante na expansão da ocupação urbana e mudança da paisagem de Perúibe. Estes empreendimentos, modelos de ocupação do solo presentes de forma considerável na malha urbana da cidade, tiveram sua implantação condicionada pelas grandes vias que estruturam o município.

A cidade possui como vias principais a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), que corta a porção norte do território e dá acesso à cidade, ligando o Vale do Ribeira à Baixada Santista; a Av. Luciano de Bona, que separa os bairros mais consolidados do município, localizados junto à orla, dos bairros mais afastados, com carências de infraestrutura e onde estão localizadas as populações de menor renda; e a Av. Padre Anchieta, que limita e define o Setor de Interesse Turístico, zoneamento municipal que se estende até a Av. Governador Mario Covas Jr., na orla.

A análise da implantação dos loteamentos e/ou condomínios fechados em Peruíbe leva a diferenciação de duas áreas principais na cidade. A primeira corresponde à faixa do território localizado entre a Av. Mario Covas Jr. e a Av. Luciano de Bona, onde a malha urbana é consolidada e servida de infraestrutura. São os casos do Villaggio Terrazza, Portal da Juréia, Aldeia da Juréia, e os condomínios Bougainville I, II e III. Esses condomínios são fechados por guarita e isolados da malha viária por muros, com sistema viário interno próprio.



**FIGURA 4**  
Peruíbe – Condomínios Bougainville e Aldeia da Juréia  
Fonte: Google Earth, 2012.

O Condomínio Aldeia da Juréia comercializa residências com valores que variam de R\$ 400 mil a R\$ 1,1 milhão, sendo claramente direcionado às classes de alta renda. São residências assobradadas, que possuem de 3 a 5 dormitórios e até 4 vagas para automóveis, com metragens que variam de 130,0 a 400,0m<sup>2</sup> de área construída. O condomínio é totalmente murado com portaria de controle de acesso, constituindo um espaço isolado e elitizado na cidade e que se localiza na faixa de terra entre a Av. Luciano de Bona e a orla da praia.

Os condomínios Portal da Juréia e Villaggio Terrazza são menores, mas também são murados, ocupando áreas próximas à orla. São condomínios que comercializam residências com valores que variam de R\$ 300 mil a R\$ 560 mil, com metragens de 100 a 160m<sup>2</sup>, apresentando de 3 a 4 dormitórios com até 2 vagas na garagem. O condomínio Portal da Juréia possui 44 imóveis e o Villaggio Terrazza, 22 imóveis, localizando-se de frente para o mar.

A segunda área principal da cidade corresponde à faixa do território entre a Av. Luciano de Bona e a SP-55, e entre esta rodovia e a Serra do Mar. São grandes condomínios fechados implantados na década de 1980, em áreas de expansão com grandes vazios urbanos ao redor. São os casos dos Condomínios São Luiz, São Marcos e Jardim Três Marias, além da continuação dos condomínios Bougainvillee, denominados IV e V. Esses loteamentos e condomínios estão espacializados de forma dispersa, resultado da exploração das áreas ocupáveis pelo mercado imobiliário, decorrente da ausência de diretrizes de crescimento urbano para o município.



**FIGURA 5**  
Peruíbe – Tecido urbano disperso e fragmentado formado pelos condomínios e loteamentos  
Fonte: Google Earth, 2012

Esses condomínios configuram espaços totalmente isolados, que interrompem a malha viária local e impactam na paisagem urbana. Constituem-se de extensas áreas ocupadas pela população de alta renda veranista, que usufruem dos privilégios de sua localização em áreas valorizadas e providas de infraestrutura, enquanto a população fixa de média e baixa renda está localizada em áreas afastadas, impróprias à ocupação e com carência de infraestrutura.

Nesses condomínios encontramos imóveis de luxo comercializados com valores entre R\$ 350 mil a R\$ 2,2 milhões. São residências que possuem de 3 a 6 dormitórios, de 3 a 5 vagas para automóveis e metragens de 180 a 700m<sup>2</sup> de área construída.

Atualmente, percebe-se uma ocupação descontínua nas áreas de expansão urbana e a existência de grandes vazios urbanos passíveis de ocupação, junto aos grandes condomínios horizontais fechados, áreas tradicionalmente valorizadas e utilizadas como fonte de especulação imobiliária pelo mercado de terras.

Na Macrozona de Expansão Urbana Ordenada, o prejuízo para o município é ainda maior, pois a localização dispersa e fragmentada dos condomínios fechados produz bolsões de áreas vazias que geram especulação imobiliária. Resultam também em maiores gastos a serem empreendidos pelo poder público local, à medida que melhorias de infraestrutura urbana e equipamentos se fazem necessários e que não atendem quem mais precisa desses serviços, ou seja, a população fixa e de menor renda.

Além disso, os objetivos dessa macrozona de manter os níveis de baixa densidade populacional dificultam a implantação de empreendimentos populares, que requerem a possibilidade de maior aproveitamento das áreas para a fixação de maior número de famílias de baixa renda. Por outro lado, a implantação desses condomínios fechados impede outros objetivos da macrozona previstos no Plano Diretor, entre eles o controle da fragmentação e a garantia da mobilidade e integração do território.

O Plano Diretor de Peruíbe não pormenorizou regras para o parcelamento do solo no município, remetendo o assunto para disciplina por lei específica (art. 236 da LC nº 100/2007). No entanto, foram estabelecidas diretrizes gerais a serem seguidas pela legislação municipal (art. 237). Além da orientação de atendimento às legislações federal e estadual, as diretrizes fixam a necessidade de controlar a fragmentação do território, respeitar as peculiaridades de cada macrozona, diversificar as formas de parcelamento do solo e garantir a criação de áreas públicas.

A implantação de parcelamento, portanto, continua a seguir as disposições da Lei nº 733/1979. Os condomínios são disciplinados pelo Código de Obras (LC nº 123/2008) nos arts. 182 a 187. Somente aos condomínios definidos pelo art. 182 (incluindo-se também os verticais), implantados em glebas não parceladas previamente, aplicam-se as disposições legais referentes a exigirem a reserva de doação de áreas verdes e institucionais e outras previstas em lei de parcelamento.

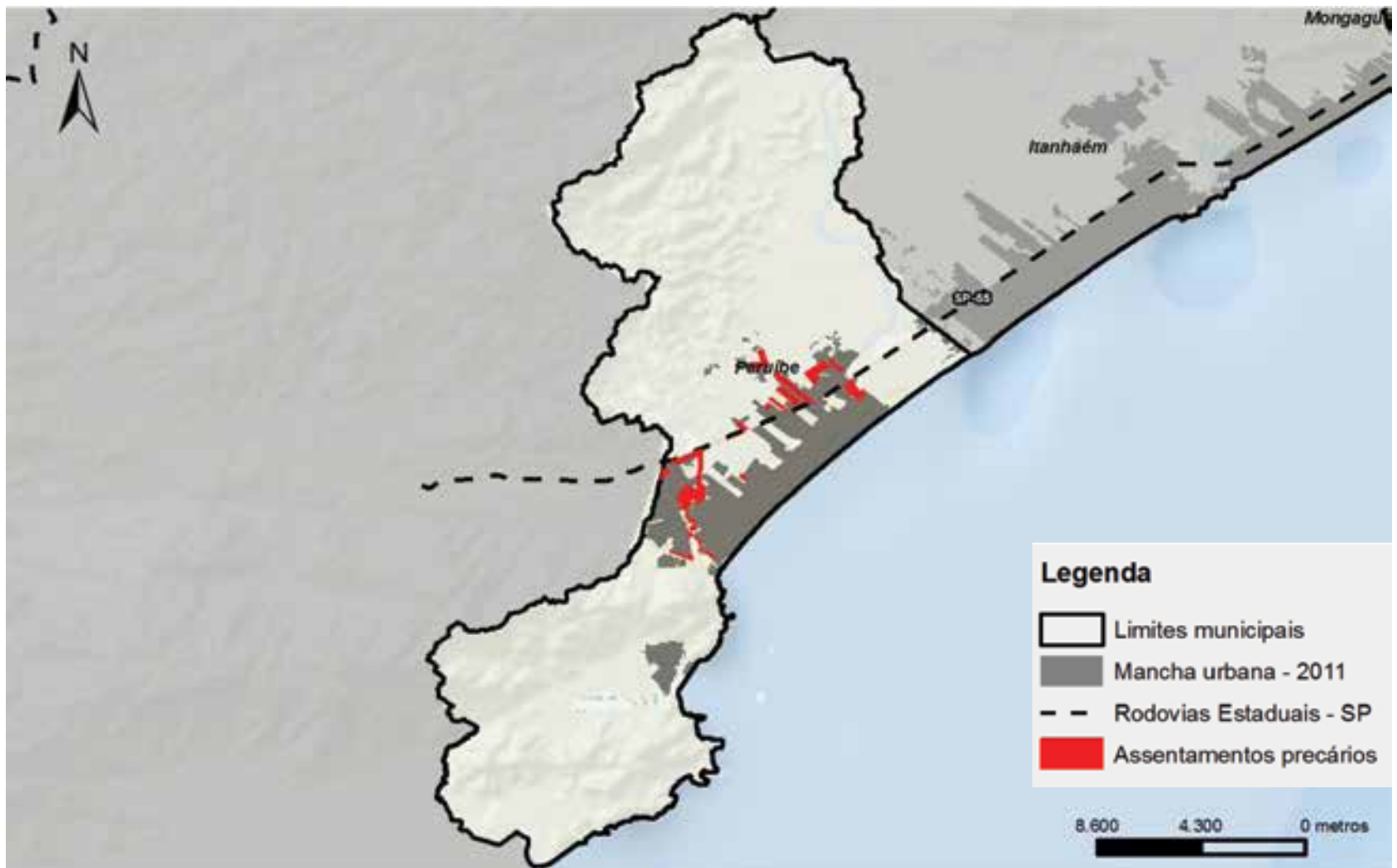
A complexidade do ordenamento urbanístico relativo a parcelamentos e condomínios, tratados por diferentes legislações, e a importância destas formas de ocupação do território nas dinâmicas imobiliárias dão relevo à necessidade de uma atenção mais detalhada, no sentido de revisão e simplificação destes instrumentos.

### **Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária**

A questão habitacional é um dos temas estratégicos na construção do diagnóstico sócio ambiental e deve ser pensada em articulação com as demais políticas urbanas.

É fundamental dar atenção especial à questão do acesso à terra urbanizada e à dinâmica urbana como um eixo estratégico para a implementação de uma política habitacional que atenda a todas as classes sociais. Além de não ser possível produzir moradias sem uma base fundiária, o uso residencial ocupa a maior parte das cidades, com fortes relações com as políticas de ordenamento territorial, mobilidade e saneamento.

Em Peruíbe, os assentamentos precários identificados concentram-se em áreas bem demarcadas no município, concentrando-se entre a Av. Luciano de Bona e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, ao longo do Rio Preto e, principalmente, entre a referida rodovia e a Serra do Mar, com ocorrências isoladas em outras áreas da cidade, conforme pode ser observado no mapa a seguir.



MAPA 6  
 Peruíbe – Distribuição dos Assentamentos Precários, 2009  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Peruíbe, 2009

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Peruíbe (PLHIS) identificou, em 2009, 33 assentamentos precários que, embora tenham sido considerados expressões embrionárias, foram classificados como favelas e loteamentos clandestinos ou irregulares. Nesses assentamentos estavam localizadas 3.172 moradias, representando 16,45% dos domicílios ocupados do município.

Do total de assentamentos precários identificados, 17 núcleos se enquadram na categoria favela. Esse tipo de ocupação<sup>28</sup>, mesmo que em padrões superiores àqueles encontrados em outros municípios da RMBS, apresenta situação precária e ausência de infraestrutura urbana, estando inseridos em APP ou APA.

Ao todo, são 964 domicílios localizados em áreas com alguma carência de infraestrutura urbana, ocupando predominantemente áreas públicas. Tratam-se de áreas localizadas ao longo do curso do Rio Preto e, em menor intensidade, ao longo do curso do Rio Branco, espalhando-se tanto por áreas centrais como em regiões mais periféricas do município.

A ocupação dessas áreas, hoje classificadas no Plano Diretor como Setor Especial de Recuperação Ambiental, se deu a partir do aterramento das áreas de mangue e margem dos rios. O risco de inundações periódicas é o principal problema desses assentamentos, sendo a ocupação tipo palafita uma exceção.

De maneira geral, o padrão construtivo das habitações se resume a moradias precárias e de baixo padrão, construídas em alvenaria ou madeira. Com relação à presença de infraestrutura, a maioria dos núcleos carece de quase todos os serviços, como rede coletora de esgoto, drenagem e pavimentação, o que demonstra as péssimas condições de vida da população que habita nesses núcleos.

<sup>28</sup> Para fins de análise neste relatório, foram consideradas definições para caracterização de favelas, adotada por Laura Bueno, que classifica favela como "Aglomerados urbanos em áreas públicas ou privadas, ocupadas por não-proprietários, sobre as quais os moradores edificam casas à margem dos códigos legais de parcelamento e edificação".





**FIGURA 6**  
Núcleos que carecem de infraestrutura: São João de Peruíbe e Jardim Caraminguava.  
Fonte: PLHIS, 2009

Os loteamentos clandestinos representam 16 núcleos que abrigam um total de 2.208 domicílios. Estes foram subdivididos pelo PLHIS (2009) em quatro tipologias ilustradas na figura abaixo: Invasão de lotes em loteamentos aprovados (1); Ocupação de áreas públicas de loteamentos aprovados (2); Implantação desconforme de loteamentos aprovados (3); e Parcelamentos clandestinos de baixa renda e invasão de glebas (4), ilustradas com as imagens abaixo



**FIGURA 7**  
Tipologias de Loteamentos Clandestinos ou Irregulares em Peruíbe  
Fonte: PLHIS, 2009

Os assentamentos de Invasão de Lotes em Loteamentos Aprovados são caracterizados por significativa porção de terra urbanizada e vazia, implantados fora da faixa compreendida entre a orla marítima e a via férrea. Objeto da ocupação por população de baixa renda, estas áreas assumiram duas formas: a) dispersa e sem descaracterização da estrutura do loteamento; b) concentrada, originando um assentamento irregular sobreposto ao regular, com divisão interna dos lotes, mas com patamares de adensamento considerados baixos e médios.

Os assentamentos de Ocupação de Áreas Públicas de Loteamentos Aprovados ocorrem em área entre a via férrea e a SP-55, onde a expansão da cidade é bastante fragmentada. Esses espaços são caracterizados por habitações rústicas e carência de infraestrutura, restrita ao abastecimento de água e à energia elétrica, diferenciando-se do padrão vigente nos loteamentos.

Os assentamentos decorrentes de Implantação Desconforme de Loteamentos Aprovados são caracterizados por irregularidade jurídico-urbanística. Para esses casos, cabe a análise e avaliação da natureza da irregularidade e suas implicações, visando a regularização jurídica desses assentamentos.

Por fim, os assentamentos resultantes de Parcelamentos Clandestinos de Baixa Renda e Invasão de Glebas são caracterizados pela predominância de população de baixa renda com alta vulnerabilidade social, concentração de ocupações irregulares, predomínio do uso habitacional, ausência e/ou carência de infraestrutura básica, degradação de áreas ambientalmente frágeis e rápido crescimento populacional. Esses assentamentos concentram-se em porção de terra de forma triangular, cuja base é a SP-55, situada na porção centro-norte do município.

De maneira geral, esses loteamentos irregulares ou clandestinos apresentam carência dos serviços de rede de esgoto, drenagem e pavimentação, o que agrava as condições de acesso às moradias, principalmente em dias chuvosos.

A tabulação de dados do IBGE sobre as condições de infraestrutura da totalidade dos domicílios do município reforça o esgotamento sanitário como principal carência, embora o abastecimento d'água esteja também ausente em um número significativo de domicílios, como se verifica na tabela a baixo.

Município	Domicílios Urbanos	Iluminação Elétrica (1)		Abastecimento de Água (2)		Esgotamento Sanitário (3)		Coleta de Lixo (4)	
		Absoluto	% dos Domic. Urbanos	Absoluto	% dos Domic. Urbanos	Absoluto	% dos Domic. Urbanos	Absoluto	% dos Domic. Urbanos
Peruíbe	19.051	148	0,78%	1.536	8,06%	3.367	17,67%	215	1,13%

TABELA 4

Peruíbe – Domicílios com Carências de infraestrutura

(1) - domicílios urbanos de casas, casas de vila e apartamento sem energia elétrica. Censo 2010, dados do Universo, IBGE.

(2) - domicílios urbanos de casas, casas de vila e apartamento sem rede de abastecimento de água. Censo 2010, dados do Universo, IBGE.

(3) - domicílios urbanos de casas, casas de vila e apartamento sem rede de esgoto ou fossa séptica. Censo 2010, dados do Universo, IBGE.

(4) - domicílios urbanos de casas, casas de vila e apartamento sem coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba. Censo 2010, dados do Universo, IBGE.

Fonte: Censo, 2010, IBGE.

Para a discussão do enfrentamento destas questões, convém examinarmos a política pública de habitação do município. A produção pública de habitação de interesse social em Perúibe teve início na década de 1990, através de parceria entre o município e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Verificamos que, no período de 1992 a 2010, o município viabilizou 1.150 unidades habitacionais, sendo 411 em parceria com a CDHU e 739 em parceria com o Governo Federal, através do PAR. Considerando as unidades em viabilidade, o município apresenta atualmente uma oferta de 636 unidades habitacionais para atender a demanda atual de moradias para a população de baixa renda que necessitará ser remanejada.

Em 2002, a partir da criação da Divisão de Habitação no município, tiveram início os trabalhos voltados à regularização de assentamentos precários e irregulares. Entre as atividades desta divisão destaca-se: o cadastro das famílias ocupantes de áreas públicas; o programa 'Morar Legal' e o programa de assistência jurídica.

Além dos programas citados anteriormente, há o Projeto de Recuperação Ambiental do Rio Preto, considerado o programa mais importante desenvolvido pelo poder público municipal, em parceria com o governo estadual e a União. Essa ação de recuperação ambiental da bacia do Rio Preto (no qual o Rio Branco também está inserido) foi definida pelo Plano Diretor como uma das ações prioritárias do município, no sentido de reverter a ocupação que ainda não está consolidada, buscando beneficiar diretamente não somente o meio ambiente, mas também às famílias da ocupação que poderão ter acesso a moradia digna, e também abrindo perspectivas de desenvolvimento econômico municipal.

Com relação aos instrumentos jurídicos de regularização fundiária e provisão de moradias, cumpre destacar que o Plano Diretor cria diferentes categorias de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS no município, porém não as delimita. Determina o Plano Diretor que as ZEIS 1 e 3, correspondentes às áreas ocupadas e mistas, serão demarcadas no Plano Municipal de Habitação e as ZEIS 2, de áreas vazias ou subutilizadas, em legislação específica. Tal separação por si só pode ser um problema, uma vez que na regularização e urbanização de áreas ocupadas, em regra, é necessário um desadensamento que prescinde de áreas próximas para a construção de habitação de interesse social.

No Plano Diretor também são previstos como instrumentos de regularização fundiária a concessão de direito real de uso; a concessão de uso especial para fins de moradia; e a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião. No entanto, o Plano não regulamenta estes instrumentos e não prevê a possibilidade de utilização da demarcação urbanística, previsto mais recentemente pela Lei Federal 11977/09.

O município de Perúibe, por meio da Lei Municipal 2477/03, estabeleceu a Política Municipal de Habitação e instituiu o Conselho e Fundo Municipal de Habitação. Essa lei sofreu alterações em 2011, por meio da Lei Municipal 3.141/11, para adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal n. 11.124/05, para que o município pudesse aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

O Conselho de Habitação instituído se confunde com o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação, o que facilita, em tese, uma relação orgânica entre a política de habitação e a aplicação dos recursos do fundo. A composição do conselho foi alterada pela lei de 2011 para adequação às regras do SNHIS e conta, desde então, com 25% de seus membros sendo representantes de movimentos populares.

## Saneamento Ambiental

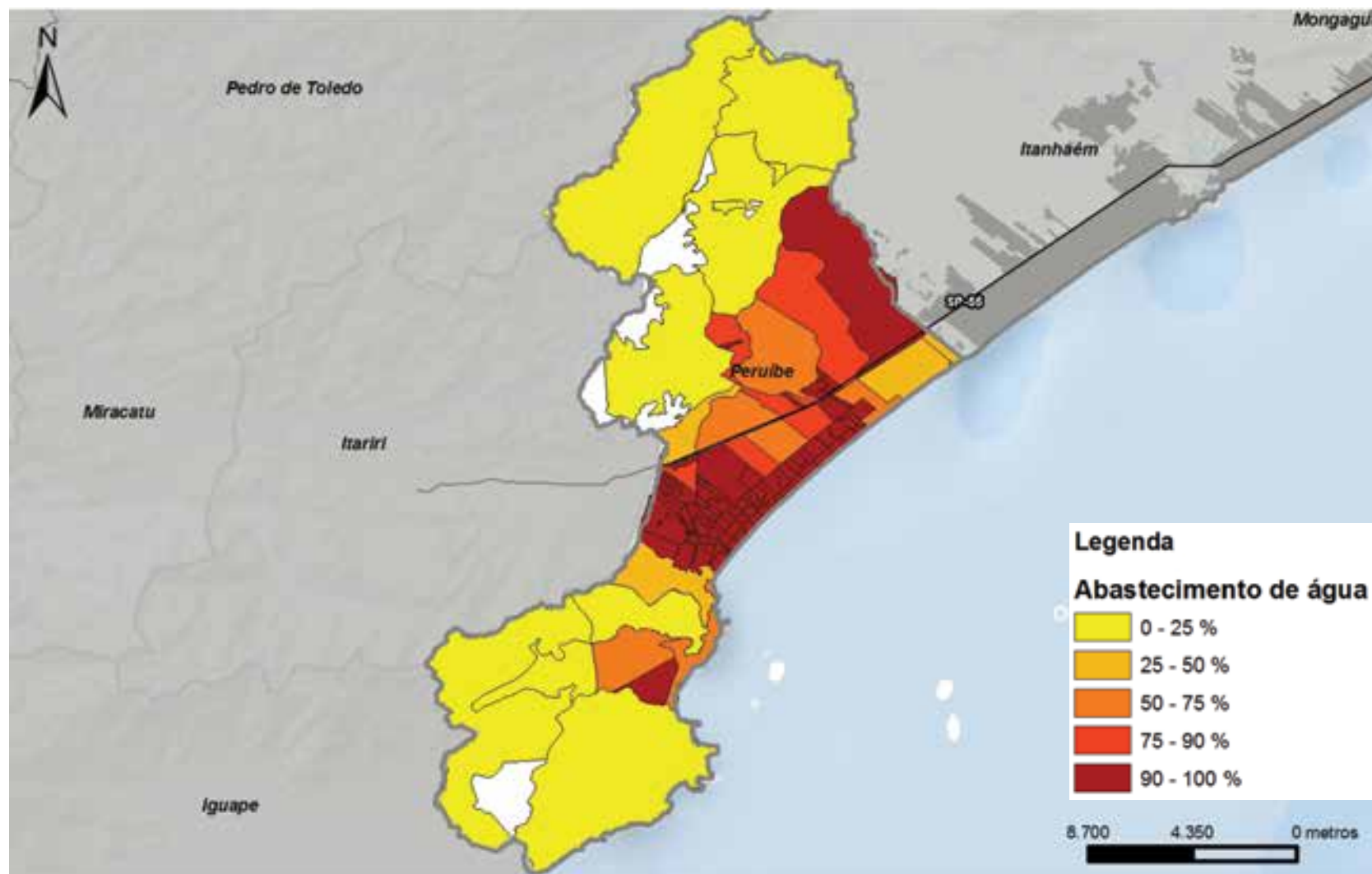
O tema relativo ao saneamento assume uma dimensão mais ampla na atualidade, abrangendo a dimensão ambiental e considerando a ampliação dos conceitos de saneamento básico trazidos pelo marco regulatório sobre o tema (Lei Federal nº 11.445/2007), que definiu o saneamento como o conjunto de ações, serviços e instalações de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, cujo desenvolvimento visa alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental.

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em relação ao abastecimento de água, Peruíbe é abastecida por meio de dois sistemas independentes: Sistema Cabuçu (DAEE, 2010), que é responsável pelo atendimento do núcleo urbano central e sede do município, e o Sistema Guaraúzinho, que atende um núcleo urbano isolado. Ambos os sistemas integram o Sistema Sul de Abastecimento de Água da Baixada Santista, que também abrange a porção oeste da área continental de São Vicente, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, segundo regionalização operada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

No que diz respeito à cobertura dos sistemas de abastecimento de água, a distribuição de água do município possui 451 km, atendendo de maneira satisfatória os domicílios de uso permanente na área urbana. Por outro lado, na área com loteamentos e condomínios em que predominam domicílios de uso ocasional, o atendimento não é completo.

O mapa a seguir apresenta o percentual de domicílios ligados à rede de abastecimento de água, em cada setor censitário, classificados em cinco faixas de atendimento, a partir de dados do Censo Demográfico 2010.



MAPA 7  
Peruíbe: Percentuais de domicílios ligados à rede de abastecimento de água segundo setores censitários 2010  
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaborado pelo Instituto Pólis

No mapa acima observa-se que a cobertura do sistema público de abastecimento de água deste município encontra-se na faixa superior, entre 90% e 100%, nas áreas de maior densidade demográfica, com exceção de dois setores situados ao norte da SP-55, onde praticamente não existe ocupação.

Dentre os bairros que possuem cobertura nesta faixa, estão todos os situados entre a orla marítima e a Avenida Luciano de Bona, entre a foz do Rio Preto e a Estância Balneária Belmira Novaes, nas Ruínas. Ao norte deste bairro, um setor censitário do bairro Morro dos Prados, que só possui ocupação no sopé desta elevação, também apresenta cobertura na faixa entre 90% e 100%.

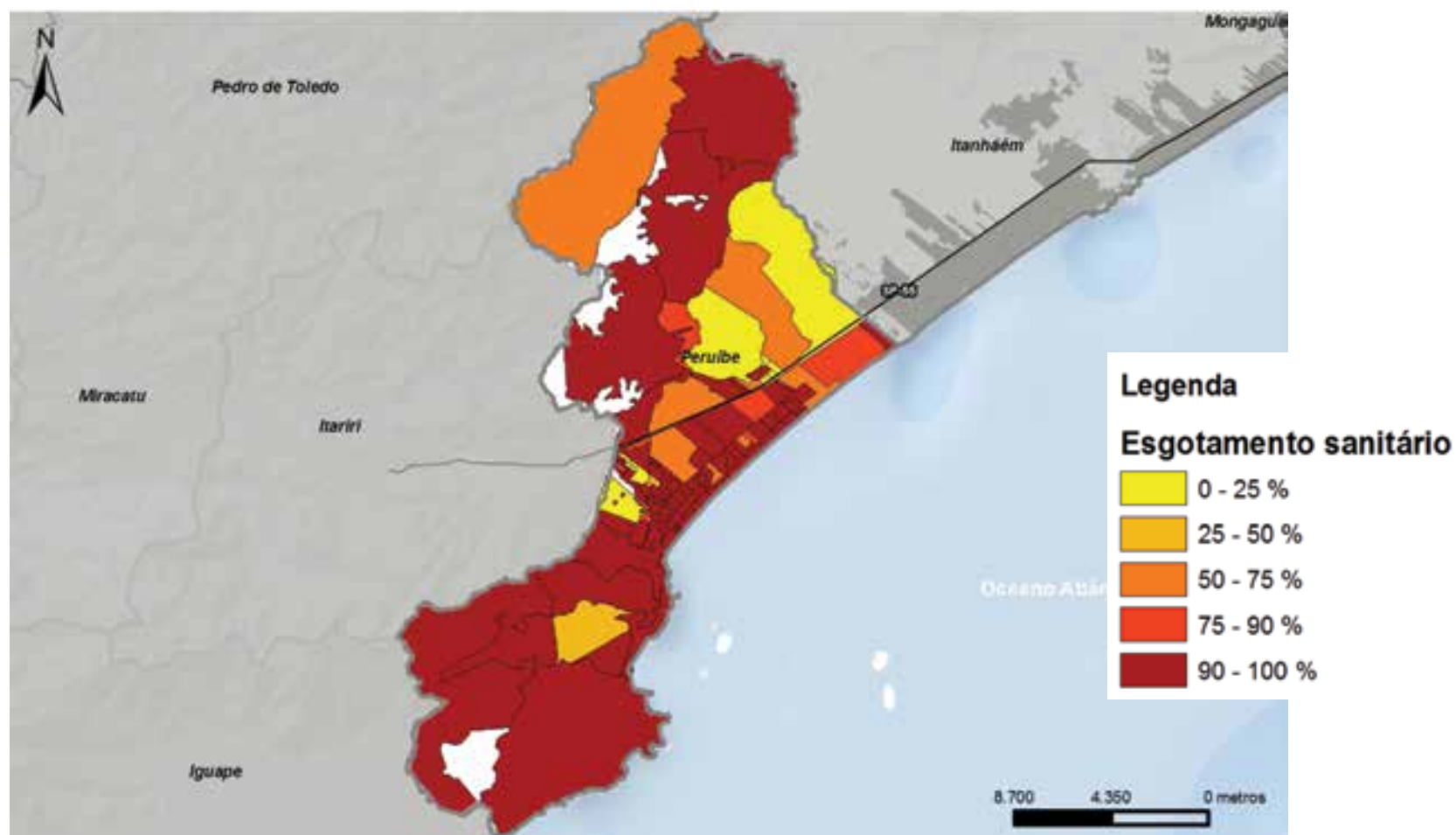
Grande parte do município que se encontra na faixa inferior de cobertura, entre 0% e 25%, corresponde à área inserida no Parque Estadual da Serra do Mar, além de outras unidades de conservação e a Terra Indígena da Serra dos Itatins, nas áreas de Juréia-Itatins, Itinguçu e Barra.

A existência de alguns setores com índice de atendimento inferior à faixa superior, entre 75 a 90% e 50% a 75%, correspondentes a áreas já urbanizadas, demonstra que a universalização do atendimento em Peruíbe ainda não é uma realidade.

### ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema de esgotamento sanitário do município tem abrangência relativamente pequena e constitui-se de rede coletora, elevatórias e uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE (DAEE, 2010). Em 2010, este sistema atendia 26% dos domicílios totais, e contava com 352 km de rede coletora e 8.645 ligações totais. O esgoto era transportado através de 7.964m de emissários terrestres e duas Estações Elevatórias de Esgotos – EEE (DAEE, 2010). A totalidade do esgoto coletado era tratada e não foram identificados sistemas isolados na área urbana. Um conjunto habitacional da CDHU possui sistema de esgotos operado pela SABESP, com 128 ligações e sistema de tratamento por fossa-filtro, com desinfecção por hipoclorito de sódio.

No que diz respeito à cobertura do sistema de coleta e tratamento de esgoto, segundo dados do Censo Demográfico 2010, o mapa a seguir apresenta o percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial, em cada setor censitário, os quais foram classificados em cinco faixas de atendimento.



MAPA 8  
Percentuais de domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial segundo o setor censitário /Peruíbe (2010)  
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. Elaborado por: Instituto Pólis

Conforme o mapa, observa-se que a cobertura é concentrada nas áreas urbanizadas mais consolidadas, em especial as localizadas entre a praia e a Avenida Padre Anchieta. Nas faixas superiores de atendimento, entre 90% e 100%, encontram-se as áreas entre a praia e a Avenida Luciano de Bona, a maior parte do Centro, grande parte

do Arpoador e do Veneza; dois setores no Oásis e um setor nas Ruínas. Nesta mesma faixa, entre a Avenida Luciano de Bona e a rodovia Padre Manoel da Nóbrega, está localizado também um pequeno setor em Santa Isabel e no Ribamar e um grande setor no Jardim Brasil.

De modo geral, as piores condições de cobertura, em termos de áreas urbanizadas ou com existência de assentamentos, encontram-se na faixa entre a Avenida Luciano de Bona e a rodovia Padre Manoel da Nóbrega, e áreas situadas ao norte desta rodovia. Portanto, a cobertura está mais concentrada em bairros próximos à orla e pode-se afirmar que ainda não existe universalização do atendimento do sistema público de coleta e tratamento de esgotos neste município. As análises indicam ainda que o uso de fossas é generalizado em Peruíbe, sendo adotado em quase todas as áreas situadas nas faixas inferiores de cobertura pelas redes de esgoto.

Outro importante indicador da qualidade do saneamento básico, no caso de municípios litorâneos, é a qualidade das praias, aferidas pelos índices de balneabilidade. Segundo a CETESB (2012), em 2011, Peruíbe teve uma piora da qualidade das praias, com 83% dos pontos classificados como Regular e 17%, como Ruim (Av. São João). No ano anterior, 67% das praias foram classificadas como Regular e 33%, como Boas, com duas praias ficando o ano todo na condição de Própria. A qualidade das águas costeiras brasileiras é bastante influenciada pelas condições de saneamento básico existentes nas cidades litorâneas, pois o aporte de esgotos domésticos para as praias se torna um fato rotineiro. No caso de Peruíbe, esta preocupação é pertinente, pois apenas 59% do esgoto é coletado e tratado no município nas duas estações de tratamento em operação.

Apesar da previsão de investimentos, principalmente no âmbito do Programa 'Onda Limpa', a universalização do serviço de coleta e tratamento de esgotos, em Peruíbe, ainda está distante e demanda intensificação dos esforços empreendidos pela SABESP, no sentido de ampliar e aperfeiçoar o atendimento. Por outro lado, é importante considerar que é essencial a implementação de uma política urbana que restrinja a expansão horizontal periférica do município como um todo, de forma a reduzir as chances de que os investimentos agora planejados, no futuro sejam insuficientes, e que o passivo de cobertura se amplie consideravelmente.

## DRENAGEM URBANA

O sistema de drenagem urbana de Peruíbe configura-se em duas bacias principais: uma desaguardo diretamente no oceano e a outra escoando em direção ao Rio Preto. Além dessas, destaca-se, também, uma terceira, na região do Guaraú.

A porção da orla urbanizada, situada a nordeste do município, drena as águas superficiais diretamente para o oceano, apresentando características de ocupação urbana mais consolidada, com divisão em bacias não explícitas, vias pavimentadas com baixa declividade e deficiência do escoamento superficial das ruas.

Outra área significativa drena suas águas superficiais para o Rio Preto, que apresenta características de curso d'água de planície, com meandros. Este rio tem seu leito retificado, o que favorece o escoamento, mas não resolve o problema de inundações, uma vez que esta região é a que apresenta os maiores problemas referentes às cheias, constituindo-se uma das situações mais críticas em termos de drenagem, em função da ocupação urbana inadequada.

Em termos de gestão do sistema de drenagem urbana, de acordo com o Relatório do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Peruíbe (DAEE, 2010), a Prefeitura desempenha as funções de planejamento, fiscalização, operação e manutenção. Sendo o manejo da drenagem realizado principalmente pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura Urbana, Agricultura e Meio Ambiente.

O Plano Diretor de Macrodrenagem do Município de Peruíbe (FCTH, 2004), embora defasado, possui conteúdo coerente com o estado da arte em termos de drenagem urbana. Ou seja, contempla ações estruturais e diretrizes para as intervenções não estruturais com peso significativo, sobretudo de caráter preventivo e de manejo sustentável das águas urbanas.

De acordo com o relatório (DAEE, 2010), este Plano Diretor de Macrodrenagem também apresenta contribuições em termos de medidas não estruturais, para as quais se sugere uma ampliação de escopo e a definição de medidas concretas, com respectivos orçamentos, bem como de remuneração e treinamento de pessoal. Cumpre ressaltar que a interface com os municípios de Itanhaém, Itariri e Iguape, em função do compartilhamento das mesmas bacias de contribuição, faz com que o planejamento e aperfeiçoamento do sistema de drenagem demandem arranjos institucionais envolvendo estes municípios.

## RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão dos resíduos de Peruíbe é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento, Serviços e Infraestrutura Urbana, Agricultura e Meio Ambiente, que tem como atribuições planejar, executar, gerenciar, administrar e fiscalizar os serviços relacionados ao sistema de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, assim como os serviços de varrição, capinação e limpeza manual das vias e logradouros públicos, entre outros. O Departamento de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação são responsáveis

pelas ações de educação ambiental, e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tem iniciativas voltadas para a inclusão dos catadores. Os serviços de coleta, destinação de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana são terceirizados.

A geração média de resíduos sólidos (com base em dados relativos a toneladas coletadas e não de resíduos gerados) atinge 2.490 toneladas mensais (ano-base 2011), considerando-se os meses de baixa temporada (período de 09 meses, compreendidos entre março e novembro). Quando introduzidos os dados de geração de resíduos referentes aos meses de alta temporada (janeiro, fevereiro, dezembro) esta média alcança cerca de 6 mil toneladas mensais. Segundo dados da Prefeitura, foram coletados 40.410 toneladas no ano de 2011 no município.

Peruíbe teve um lixão ativo até 1991, quando foi construído um aterro sanitário considerado uma obra de engenharia adequada para os parâmetros da época, porque a legislação era outra. Em 1994, com a mudança de legislação as exigências ambientais tornaram-se mais rigorosas. Assim, segundo o Inventário de Resíduos Sólidos Domiciliares (CETESB, 2011), a Prefeitura hoje destina seus resíduos de forma inadequada, ainda que o local seja considerado pelo poder público municipal como aterro controlado.

A coleta convencional de lixo abrange 100% da população do município e é realizada por sete caminhões compactadores. Os serviços de limpeza (varrição, capina química, roçada e poda) contam com 110 funcionários de empresa terceirizada. Na região central e comercial da cidade, a varrição é realizada diariamente e nos bairros, semanalmente. Os demais serviços são realizados conforme a demanda. A coleta é realizada três vezes por semana nos bairros e em núcleos urbanos; nas estradas vicinais e zona rural, a coleta é realizada semanalmente, em dias alternados. Na alta temporada, os serviços são redimensionados. Em áreas de difícil acesso, a coleta ocorre pela disponibilização de contêineres para entrega voluntária.

A coleta seletiva porta a porta foi implantada no município, por meio de projeto piloto, no bairro Jardim Perúibe, em 2010. A população abrangida nessa primeira etapa foi de aproximadamente 880 habitantes, de acordo com os setores censitários do IBGE, que geravam cerca de 1.000 kg de RSU por dia, sendo que destes, 120 kg eram recicláveis. Várias outras ações para aprimoramento da coleta seletiva estão em curso. Entre elas, podemos destacar a previsão de criação de um Centro de Triagem, o projeto para criação de uma unidade de compostagem e o programa de coleta de óleo de cozinha.

## Mobilidade

O exame das condições de mobilidade em Perúibe revela baixa integração regional, com a particularidade de que este município pode ser considerado a entrada da região através do Vale do Ribeira. A integração com relação ao centro da Baixada Santista é limitada, em função da maior distância entre este município e a área central da região, não existindo um meio de transporte regional rápido e de baixo custo ligando Perúibe aos municípios da Baixada.

Por concentrar poucos empregos, Perúibe tem baixa participação na mobilidade intra-metropolitana, contribuindo com apenas 2,6% das viagens da região e sendo responsável pela atração de apenas 0,34% das viagens diárias da RMBS<sup>29</sup>, a menor taxa da região. No caso de Perúibe, há mais viagens atraídas externamente, do que produzidas, o que certamente tem relação com o perfil marcadamente turístico do município.

Quanto à geração de viagens, os deslocamentos para fora do município são motivados mais por estudos do que em razão de trabalho, diferenciando-se do padrão da RMBS, onde o trabalho representa a maior motivação dos deslocamentos. Deve-se ressaltar que as viagens para estudo normalmente se referem ao ensino superior, o qual possui marcada concentração na área central da região, sobretudo em Santos, que polariza esse tipo de instituição. Proporcionalmente, Perúibe tem a maior taxa de viagens motivadas por estudos.

Município	Trabalho	Estudo	Compras	Saúde	Lazer e Outros
Bertioga	25.036	27.180	947	821	895
Cubatão	77.587	72.714	1.216	5.314	4.352
Guarujá	188.154	134.240	9.197	21.363	19.199
Itanhaém	42.652	39.261	1.545	2.027	6.335
Mongaguá	25.578	23.669	882	839	3.873
Peruíbe	22.259	30.729	252	769	942
Praia Grande	129.443	100.048	9.104	7.757	13.737
Santos	297.169	218.770	16.802	15.419	48.563
São Vicente	209.655	174.204	6.646	14.335	19.528
<b>RMBS</b>	<b>1.017.532</b>	<b>820.815</b>	<b>46.592</b>	<b>68.645</b>	<b>117.423</b>

TABELA 5  
Principais Motivos de Viagens diárias nos municípios da RMBS

Fonte: Pesquisa Origem-Destino 2007 – Região Metropolitana da Baixada Santista: Sumário de Dados. Vetec (2008, p.26).

Ressaltamos ainda que, em Perúibe, o número de passageiros e de viagens entre março e novembro no transporte coletivo é, tradicionalmente, mais elevado, indicando o uso predominante deste modal por motivo de trabalho e estudo e um menor impacto da sazonalidade imposta pelas atividades turísticas.

<sup>29</sup> De acordo com a Pesquisa Origem Destino da Baixada Santista (2007), realizada pela Vetec Engenharia, para a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, com apoio da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM). Ver VETEC, 2008.

No que se refere ao grau de motorização em Peruíbe, 34,9% das viagens diárias eram motorizadas, correspondendo a 19.220 viagens, contra 35.818 viagens não motorizadas. Quanto aos deslocamentos não motorizados (a pé ou de bicicleta), Peruíbe apresentou os maiores percentuais da região com relação ao total de viagens. Tais números estão certamente relacionados ao perfil de renda dos moradores, as deficiências do transporte coletivo e a topografia do município, que facilita estes modos de viagem.

A mobilidade urbana em Peruíbe é muito dependente do uso de bicicletas e, em menor proporção, dos deslocamentos a pé. Cerca de 9% da população de Peruíbe utiliza bicicleta como meio de transporte. Em 2012, o município contava com 6.769 metros de ciclovias existentes e possuía 32.648 metros de ciclovias projetadas e mais 25.879 metros previstos em estudo.

Seguindo uma tendência nacional, mais fortemente evidenciada em cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, Peruíbe registrou nos últimos anos um grande aumento da frota de veículos, mas principalmente de motocicletas, fato que está relacionado ao perfil de renda da população local. A frota total de veículos de Peruíbe cresceu 278,9%, entre 2002 e 2012, passando de 8.880 para 24.770 veículos, que pode ser considerado um crescimento elevado, mas não foi um dos maiores registrados na Baixada Santista. Neste período, a frota de ônibus<sup>30</sup> subiu expressivamente para 234,2%, diante do crescimento da população, cuja TGCA foi de 1,52% na década, conforme o Censo Demográfico 2010, do IBGE.

Os sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal de Peruíbe baseiam-se exclusivamente no modo motorizado rodoviário. De acordo com a Divisão de Trânsito e Segurança da Prefeitura de Peruíbe<sup>31</sup>, o sistema municipal é constituído por linhas de ônibus, operadas, desde 2006, pela empresa Intersul, que também opera linhas do transporte metropolitano. Segundo a mesma fonte, a tarifa das linhas municipais era de R\$ 2,20, e os serviços prestados pela empresa concessionária vêm sendo questionados pela Prefeitura, que move ação judicial contra a mesma<sup>32</sup>.

Embora não se tenha obtido a espacialização das linhas, pode-se afirmar que estas cobrem as principais áreas urbanizadas do município e ainda algumas áreas mais distantes, com características rurais ou de baixa densidade.

Os transportes coletivos metropolitanos são operados por cinco linhas de ônibus das empresas Breda Serviços, Piracicabana e Intersul, sob a fiscalização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM). Na RMBS, a maior parte das linhas do litoral sul que se dirigem ao centro regional parte de Peruíbe e estão submetidas aos pontos críticos do sistema viário de Praia Grande – os acessos à Ilha de São Vicente e ao parque industrial de Cubatão.

É importante observar que a ligação do sistema de ônibus metropolitanos entre Peruíbe e os municípios vizinhos, em períodos de férias, fins de semana e feriados, está sujeita aos frequentes congestionamentos, sobretudo nas voltas do trânsito proveniente do Planalto. Tais congestionamentos têm aumentado consideravelmente os tempos de percurso dos deslocamentos metropolitanos nestas épocas, colocando em xeque a mobilidade metropolitana. A utilização do eixo da SP-55 como ponto de ligação da Baixada Santista com o Vale do Ribeira e sul do país também se sobrepõe aos deslocamentos metropolitanos, fortemente concentrados neste eixo.

A inexistência de integração tarifária entre este sistema e os modais existentes na área central da região onera o passageiro com destino a áreas não servidas diretamente pelo sistema metropolitano, obrigando-o a caminhar longos percursos ou ter que arcar com o custo de outros deslocamentos, nos sistemas municipais de ônibus ou lotações dos municípios centrais.

No tocante ao transporte intermunicipal em nível estadual, segundo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), seis linhas intermunicipais estaduais possuem origem ou destino em Peruíbe, ligando este município a São Paulo, São Bernardo do Campo e Vale do Ribeira, revelando a grande dependência com relação a São Paulo, no tocante às viagens para outras áreas do interior ou outras regiões do país.

Verifica-se que o número de passageiros entre Peruíbe e São Paulo apresentou redução neste período (2002/2012), embora tenha aumentado no último ano da série. A maior queda, no entanto, ocorreu com relação ao trecho de Santos. Essa análise permite afirmar que os deslocamentos intermunicipais originados em Peruíbe tendem a se apoiar cada vez mais na Capital do que em Santos, reforçando o traço de menor integração regional, característico do município.

<sup>30</sup> Deve-se observar que a frota de ônibus considerada abrange todos os veículos deste tipo, inclusive os de empresas privadas que não fazem parte do sistema público de transporte coletivo.

<sup>31</sup> Entrevista realizada em 14 de setembro de 2012.

<sup>32</sup> Não foram prestados mais esclarecimentos acerca da referida ação, mas apenas menção ao fato de que contratualmente a Intersul era obrigada a implantar terminais de ônibus, mas não o fez.

## Segurança Pública

A análise de diversos indicadores que retratam taxas de criminalidade revela que Peruíbe possui condições intermediárias, quando comparada ao conjunto de municípios investigados no âmbito do projeto Litoral Sustentável. De acordo com as taxas criminais disponíveis para Peruíbe referentes ao período 2002/2006, entre os 556 municípios com maiores taxas médias de homicídio<sup>33</sup>, o mesmo ocupava a posição de número 440<sup>34</sup>.

Seguindo uma tendência evidenciada em todo o Estado de São Paulo, Peruíbe apresentou taxas bastante declinantes de homicídios dolosos entre 1999 e 2011. No início do período analisado, a taxa atinge seu nível mais alto (em 2000), chegando a quase 40 para cada 100 mil habitantes. Após uma breve oscilação no mesmo patamar, a cidade observa uma queda importante entre 2003 e 2006, e fecha o ano de 2011 com cerca de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Embora seja considerada por seus habitantes como um município muito tranquilo, Peruíbe apresenta taxas de homicídios e roubo superiores a municípios com maior população, como pode ser verificado no mapa abaixo. Mesmo assim, as taxas de criminalidade em Peruíbe não fazem da segurança pública um problema central para o município. A redução nos índices de homicídios e de crimes contra o patrimônio ao longo dos anos, e a manutenção da tendência de queda contribuem para a sensação de segurança na cidade.

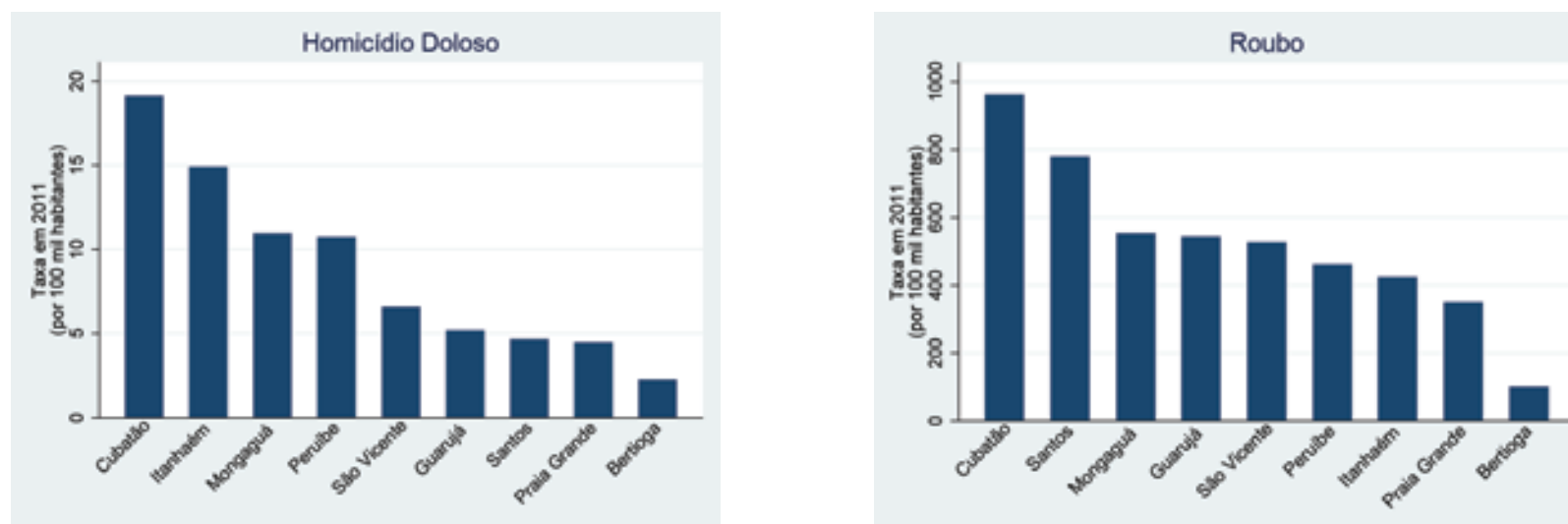


GRÁFICO 5  
Taxas de Homicídio Doloso e Roubo nos municípios da Baixada Santista (2011)

Fonte: Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 6 - Santos

Com relação à gestão da Segurança Pública, Peruíbe possui uma Secretaria de Defesa Social que atua em conjunto com a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros. Além disso, desde 2009, a cidade conta com o Departamento de Guarda Municipal. Na época da Operação Verão, praticamente todo o efetivo da Guarda Municipal atua em parceria com 100 policiais militares e 15 policiais civis.

O município estabeleceu um convênio com o governo estadual que permite a atuação conjunta das forças e entidades de segurança alocadas no município. Existem ainda três delegacias na cidade, uma base da polícia militar, e a Coordenadoria de Defesa Civil, além de uma unidade da Fundação Casa. Não há presídio ou carceragem no município e a única cadeia existente foi desativada. A cidade conta ainda com o Sistema Integrado de Monitoramento (SIM), que conta hoje com vinte câmeras de vigilância distribuídas pela cidade. De acordo com o gestor, não há nenhum fórum de planejamento conjunto com outras secretarias voltado ao planejamento e implementação de ações de segurança pública. Porém existe o Conselho Municipal de Segurança Pública.

A temática da segurança pública é contemplada tanto na Lei Orgânica do Município (LOM), como em seu Plano Diretor. Neste último, a temática aparece de maneira ampliada e associada às ideias de infraestrutura e serviços públicos, integrada às ações de prevenção e às políticas de assistência social.

Como a cidade não possui um Plano Municipal de Segurança, esse parece ser o primeiro passo para uma ação mais planejada e de longo prazo. Além disso, a ampliação e formalização de esferas de debate e consulta, para que os diferentes segmentos da cidade possam contribuir e participar na definição do conteúdo das políticas neste campo, são reconhecidamente estratégias que contribuem para a consolidação de políticas de prevenção.

<sup>33</sup> Número que corresponde a 10% do total de municípios no Brasil.

<sup>34</sup> JACOBO WAISELFSZ, 2008.



## Cultura

Assim como outros municípios do litoral paulista, Peruíbe se destaca por preservar alguns traços das culturas Caiçara e Indígena, representadas pela presença de comunidades tradicionais e reservas indígenas.

As comunidades indígenas de Peruíbe ainda que mantenham parte de seus costumes e de técnicas de produção artesanal, em geral já incorporam muito das práticas ocidentalizadas. Atualmente, a população indígena em Peruíbe é representada por duas aldeias indígenas da etnia tupi-guarani: a aldeia Nhamandu-Mirim, nas terras Piaçaguera, e a aldeia Bananal, na Estação Ecológica Juréia-Itatins, considerada o principal agrupamento de índios do município. É nesta última aldeia que se encontram preservados importantes traços do artesanato e da música indígena.

Já a cultura Caiçara pode ser identificada em diversos pontos do município, uma vez que a maioria dos bairros possui identidade tradicional, habitados por moradores que se identificam como caiçaras e que ainda conservam os costumes e tradições, principalmente na atividade pesqueira (Relatório WALM). Os bairros do Itatins e das Ruínas são os que carregam traços mais fortes dessa cultura, por ali viverem várias famílias caiçaras.

Um conjunto de projetos e iniciativas como o Ponto de Cultura Caiçara, o Museu Fandango e o Circuito Cultural Fandango Comunitário procuram promover e estimular a preservação de diversas manifestações da cultura Caiçara. Nota-se, na atualidade, a influência desta cultura nos artistas contemporâneos.

A cidade também apresenta ainda manifestações culturais diversas e um rico patrimônio histórico, que embora pouco explorados e reconhecidos, revelam importantes traços da história e vitalidade do município.

A falta de importância do Teatro na cultura local levou a Prefeitura a promover um Festival de Teatro de Rua, o 'Troupe', que desempenha um importante papel na formação de público. Já em relação às artes plásticas, Peruíbe conta com grande número de artesãos e artistas plásticos. Os trabalhos vão desde os mais tradicionais e regionais, como o indígena e os feitos em conchas, até os mais modernos e variados, em madeira e biscuit. A maioria desses artistas expõe e negocia seus trabalhos na Feira de Artesanato da Praça Flórida, Praça Ambrósio Baldim e algumas lojas da cidade. Entretanto, o mercado local é pouco dinâmico e a qualidade de muitas obras, deficiente.

A música é uma característica forte em Peruíbe, com vários músicos e várias categorias, desde os regionais até os eruditos, com destaque para a Banda Musical Infanto-Juvenil do município, formada na década de 1930. Alguns bairros mais distantes ainda conservam algumas músicas e danças tradicionais, tais como o Fandango, o Reisado e a Quadrilha. Na dança, existem várias categorias de grupos (danças portuguesa, italiana e espanhola, dança moderna - como axé, dança de rua, tecno e outros ritmos). A academia Peruibense de Letras destaca-se no campo literário.

Além de várias festas e eventos populares (Festa Caiçara, Festa do Peixe, Blocos Carnavalescos, Dia do Fandango etc.), a cidade recebe etapas dos mais diversos torneios e competições esportivas, como pesca, surf, ciclismo, pedestrianismo e outras.

Como importantes patrimônios culturais destacam-se as ruínas de construções remanescentes do período colonial, como as Ruínas do Guarauzinho e as Ruínas do Abarebebê. Esta última ruína, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, é considerada sítio arqueológico. Além dessas ruínas, tem destaque a estação ferroviária e a Capela de Mosaicos. A Praça Flórida e a Praça Matriz, por outro lado, são os espaços mais relevantes de socialização do município.

Em relação aos equipamentos culturais, a cidade tem fortes deficiências, que aparecem na existência de uma única sala de cinema e inexistência de teatro ou sala de espetáculo.

Tais deficiências são reflexos da estrutura de gestão e dos recursos destinados à cultura no município. Embora o Plano Diretor indique como um de seus objetivos gerais a promoção da Cultura, a falta de implementação de políticas e programas culturais põe em cheque o alcance do mesmo.

Um dos mais importantes desafios para o fortalecimento da cultura no desenvolvimento do município é estimular a articulação e mobilização dos atores socioculturais para criar o Sistema Municipal de Cultura, pois ele é a base para o desenvolvimento cultural da cidade. O sistema deve ser organizado com leis e com o apoio da sociedade civil, auxiliando e contribuindo com o poder público.

Para o maior fortalecimento da vida cultural local é interessante que se estabeleçam diálogos culturais com os municípios vizinhos a fim de se formar uma agenda regional, além da articulação com outras secretarias do município, como Turismo e Meio Ambiente.

## Saúde

Em Peruíbe, as carências nos serviços de saúde são consideradas um dos mais graves problemas pela população. De acordo com o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS)<sup>35</sup>, o município encontra-se no Grupo 03. Tal classificação revela que o município tem muitos desafios, principalmente no acesso a serviços de média e alta complexidade.

Hoje, Peruíbe tem apenas o hospital municipal, com 52 leitos, o que perfaz 0,87 leitos para cada mil habitantes. Em 2011, o número de internações no município caiu 16,5% comparado com o ano anterior. O total de internações SUS correspondeu a 5,7 internações por 100 moradores em 2011 – a média estadual foi de 5,6. Observa-se que 44% do total de internações em 2011 ocorreram fora do município – em Itanhaém, Pariquera-Açu, Santos e São Paulo.

Recentemente, o município passou por importantes mudanças em sua gestão, vistas como uma tentativa da administração de responder às reclamações da população que, no entanto, resultaram em maiores desgastes do governo. Em abril de 2012, a Organização Social e Educacional Paulista assumiu o gerenciamento da Unidade Hospitalar e Ambulatório de Especialidades. Tal contrato, porém, foi rompido após denúncias de corrupção. O valor global do contrato era de R\$ 24,6 milhões/ano, o que representaria 80% do orçamento executado pela Secretaria de Saúde em 2011, superando todo o gasto do município com recursos próprios, que foi de R\$ 24 milhões (ver análise orçamentária abaixo).

Esta Unidade de Pronto Atendimento – UPA foi inaugurada em fins de setembro através de um contrato emergencial com a Organização Social Fundação ABC, mantendo-se a proposta de transferir a gestão do PS, hospital e do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) para uma OS.

Cumprir ressaltar que apenas 15,4% da população do município têm planos ou seguros privados de saúde – cobertura muito abaixo do Estado, de 44,4% (dados de março de 2012, Agência Nacional da Saúde - ANS). A maior dependência da população ao SUS e, portanto, aos atendimentos oferecidos pela rede municipal de saúde, aumenta as cobranças ao gestor municipal, reforçando a necessidade de destacar a saúde como questão prioritária no município.

## Segurança Alimentar e Nutricional

Verifica-se em Peruíbe um pequeno número de programas, de proposição municipal, associados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sinalizando a pouca incorporação da temática pela atual gestão. Partindo dos eixos da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), procurou-se analisar o conjunto destas ações<sup>36</sup> e seus resultados.

Dentre os programas existentes, foram identificadas quatro iniciativas no eixo “Acesso à alimentação”, a saber: Programa Bolsa Família; Programa Renda Cidadã; Programa de Alimentação Escolar e ‘Viva Leite’; três iniciativas no eixo dois “Produção e abastecimento agroalimentar”: Estímulo à participação dos agricultores familiares, povos tradicionais e pescadores artesanais no abastecimento da rede sócio assistencial e dos mercados institucionais, com o PAA Doação Simultânea; ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural; e o projeto de Microbacias II, na promoção da inclusão produtiva de comunidades indígenas e quilombolas.

Há também uma ação no eixo cinco, que trata da Alimentação e Nutrição no Nível da Saúde, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Do total de iniciativas, três são de proposição federal, quatro de nível estadual e apenas uma exclusivamente municipal, que complementa a ação estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Nos programas de transferência de renda, não existem atividades complementares de capacitação para geração de renda, o que torna difícil a emancipação das famílias em relação ao benefício monetário.

Quanto ao Programa de Alimentação Escolar, o fato de haver a terceirização no fornecimento da alimentação não exige o município de cumprir o estabelecido na Lei 11.497 sendo de fundamental importância construir uma iniciativa conjunta das Secretarias Municipais de Educação e de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente para articulação dos produtores locais e o fornecimento de produtos para alimentação escolar. Ainda no campo da produção e abastecimento, além dos problemas ambientais encontrados para as cerca de 500 famílias em área de proteção integral, as ações de ATER ficam limitadas em função da pequena dimensão da equipe técnica.

Aspecto positivo para esse tema é a existência de propostas formuladas no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável Rural, concebido com a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca e que poderia ser um documento base para a elaboração de políticas públicas municipais.

<sup>35</sup> O Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) é um indicador síntese, que faz uma aferição contextualizada do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da Atenção Básica, das Atenções Ambulatorial e Hospitalar e das Urgências e Emergências.

<sup>36</sup> No relatório encontra-se a análise detalhada dos programas e ações em cada um dos eixos da PNSA: 1. Acesso à alimentação; 2. Produção e abastecimento agroalimentar; 3. Educação, formação e pesquisa; 4. SAN dos povos e comunidades tradicionais; 5. Alimentação e nutrição no nível de saúde.

A ausência de indicadores municipais para os adultos não permitem precisar a ocorrência do sobrepeso e da obesidade no nível local, porém, o excesso de peso nos adultos é uma realidade para metade dos brasileiros e o crescimento da obesidade é maior nas populações mais vulneráveis. Em Peruíbe, 18% das crianças acompanhadas nas Unidades Básicas de Saúde – UBS estão com sobrepeso ou obesas, o que é um dado preocupante.

No que se refere à gestão dos programas, deve-se ressaltar que, de maneira geral, há poucos técnicos disponíveis e os recursos necessários são inferiores às necessidades dos programas. Em relação às estruturas de participação, observa-se a manutenção do funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (CMDRP) e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE). O CAE está voltado

mais às atribuições de fiscalização e aprovação de prestação de contas municipais e menos às atribuições de discussão, aperfeiçoamento e articulação com outras políticas públicas e demais conselhos. Embora reativado em fins de 2011, a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Peruíbe (COMSEA) ainda não gerou impacto sobre as políticas de SAN do município.

A conformação de uma política pública constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. Há que se aprofundar o debate junto à gestão e à sociedade civil organizada, na sequência deste projeto, sobre a disponibilidade em se construir a base institucional para a implantação de uma política municipal de SAN, que pressupõe o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas que articulem os programas existentes e a participação social.

## EIXO 03 – GESTÃO MUNICIPAL

Mais do que investigar a estrutura administrativa do município, nos interessa apontar os principais resultados das análises sobre o financiamento público do município e a gestão participativa, que nos permitem iluminar questões centrais a serem enfrentadas.

### Financiamento Público

A capacidade de gestão tem relação direta com as condições de financiamento público, sendo a compreensão das receitas e despesas do orçamento municipal um aspecto essencial para a discussão dos desafios de desenvolvimento das políticas públicas. Peruíbe teve em 2010 uma receita de R\$ 140,7 milhões, o que representa uma receita per capita de R\$ 2.352,21.

Essa receita tem forte contribuição da arrecadação tributária, correspondente a R\$ 44,7 milhões, ou 31,7% do total arrecadado. De todos os tributos, o IPTU é responsável pela maior parcela, correspondendo a 17,4% da receita orçamentária, chegando a representar 17,9% da arrecadação do município – cerca de R\$ 24,5 milhões. O potencial de crescimento da arrecadação do IPTU está baseado na possibilidade de atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e também da atualização do cadastro imobiliário. Uma possibilidade de ampliar a arrecadação e preservar os rendimentos da população de baixa renda é a implantação do IPTU progressivo na cidade.

Entretanto, são as transferências correntes, provenientes da União e do Estado, que representam a maior fonte de arrecadação do município, responsáveis por 49,2% do total das receitas. A maior parte das transferências veio da União, cerca de 20,2% do total arrecadado de R\$ 28,4 milhões. Dentro dessas, a mais elevada está na transferência do Fundo de Participação do Município – FPM, que representou 11,8% da receita total, com R\$ 16,6 milhões. Em relação ao potencial de crescimento das transferências baseadas no FPM é importante assinalar que elas estão vinculadas ao crescimento do PIB, porque os recursos deste Fundo estão baseados na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR).

As transferências do estado representaram 13,3% do total da receita, R\$ 18,7 milhões. A maior parte desses recursos foi das transferências do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com R\$ 13,4 milhões, o que representou 9,5% do total da receita. O potencial de aumento dessa fonte de arrecadação também está diretamente ligado às perspectivas de aumento do PIB e a uma fiscalização mais eficaz. Outra forma de se potencializar esse tipo de arrecadação é a implantação de novas empresas na cidade.

Em relação às receitas de capital, estas contribuíram com 4,1% da receita total, ou R\$ 5,8 milhões. Neste grupo de receitas não houve arrecadação no item Operações de Crédito e a Alienação de Bens teve uma pequena arrecadação de R\$ 21.029,00, valor insignificante no percentual total da receita de 2010. Em relação a Operações de

Crédito, é preciso fazer uma análise da capacidade de endividamento do município. Esta capacidade está determinada pela Resolução 40 do Senado Federal, a qual define que os municípios podem se endividar em até 120% de sua receita corrente líquida.

Os convênios e operações de créditos firmados no município são financiados principalmente pela Caixa Econômica Federal (CEF). No período de 2007 a 2012, a CEF teve em vigência 10 contratos para operações de crédito, no montante de R\$ 26,7 milhões com o município de Peruíbe sendo que, R\$ 20,3 milhões eram referentes ao Financiamento/Repasse. A maior parte dos financiamentos/repasses está destinada para a área de Urbanização, com R\$ 12,5 milhões. Em seguida, vem a área de Saneamento, com R\$ 3,8 milhões. Cumpre ressaltar que a totalidade destes contratos ainda está bem aquém da capacidade de endividamento do município.

Abordando a natureza das despesas, verificamos que as principais foram em relação às Despesas Correntes, que atingiram 84,3% do total de empenho do exercício, com R\$ 114,9 milhões, enquanto as despesas de Capital alcançaram R\$ 21,4 milhões do total, ou 15,7%.

No caso de Peruíbe, não foi possível avaliar os dados do relatório de gestão fiscal de 2010, por estes não estarem disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional. Foi realizada uma consulta no relatório de 2009, que indicava um total de Despesa Líquida com Pessoal de R\$ 49,98 milhões. Porém, não é possível saber o percentual atingido sobre a Receita Corrente Líquida, pelo motivo da mesma não ter sido informada no relatório. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Arts. 19 e 20), o Poder Executivo municipal pode gastar com pessoal até 54% desse tipo de receita. Pelos dados levantados, não se pode informar a possível margem para aumento do gasto com pessoal.

Para o item Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e que não tenham vínculo com a administração pública foi empenhado R\$ 935,9 mil ou 0,7% do total.

No item Outros Serviços de Terceiros – empresas e pessoas contratadas para executarem serviços para a Prefeitura –, os gastos representaram R\$ 35,9 milhões, 26,4% do total empenhado em 2010, indicando uma forte tendência de terceirização dos serviços públicos prestados pelo município.

Em relação às despesas por função, os três principais gastos estão nas áreas da Educação, Saúde e Urbanismo, com R\$ 40,3 milhões; R\$ 32,9 milhões e R\$ 25,9 milhões, respectivamente, valores que representaram 29,5%; 24,2% e, 19% do total empenhado em 2010. Com a função Administração, os gastos representaram R\$ 18,1 milhões – 13,3% da despesa orçamentária. As quatro primeiras funções somadas representaram 85,9% do total empenhado. Na despesa habitação foram empenhados apenas 239,5 mil.

## Gestão Democrática

A gestão democrática da cidade é apontada expressamente como princípio fundamental pela legislação de Peruíbe, sendo regulada de maneira bastante detalhada pelo Plano Diretor. Tal como previsto nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor consagra expressamente o princípio da gestão democrática, por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, bem como a cooperação entre os governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização em atendimento ao interesse social.

Foi criado um Sistema Municipal de Planejamento e Gestão do Plano Diretor, que estabelece estruturas e processos de gestão democrática da cidade de forma sistêmica, transparente e permanente para que o planejamento e a gestão do município possam se dar de acordo com os princípios, políticas, estratégias e programas contidos ou decorrentes do Plano Diretor (art. 56). Neste Plano são também previstos um conjunto de instrumentos para assegurar a gestão democrática, como os Conselhos Municipais; os Fundos Municipais; a Gestão Orçamentária Participativa; as Audiências e Consultas Públicas; as Conferências Municipais; a Iniciativa Popular de Projetos de Lei e o Referendo Popular e Plebiscito. Embora tenha sido prevista no Plano Diretor a elaboração da Agenda 21, esta não havia sido elaborada até o presente momento.

Pode-se dizer que a política de gestão participativa no município de Peruíbe concentra-se em torno dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. A cidade possui um número considerável desses espaços, abrangendo as mais diversas temáticas e totalizando 25 Conselhos Municipais, que são caracterizados na tabela a seguir. Comparativamente, este número é superior à média de conselhos existentes em outros municípios do litoral paulista.

Tais órgãos, em sua quase totalidade, têm prevista uma composição paritária ou tripartite, o que sinaliza, pelo menos formalmente, a intencionalidade de garantir uma representação equilibrada entre o Poder Público e a sociedade civil. Persiste, entretanto, a crítica sobre o equilíbrio na participação do governo e sociedade civil. Exceção deve ser feita apenas ao Conselho de Contribuintes, cuja lei estabelece quatro assentos ao Poder Público contra somente três da sociedade civil. É importante destacar que as legislações de alguns conselhos importantes (como o de Defesa do Meio Ambiente, o da Cidade e o de Expansão e Desenvolvimento Industrial e Comercial) não explicitam qual deve ser a sua composição interna.

Conselho	Composição	Atribuições	Caráter/Função
<b>Conselho de Assistência Social</b>	Paritário	Definir as prioridades da política de assistência social; estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência; aprovar a Política Municipal de Assistência Social; atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social; propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Educação</b>	Tripartite	Fixar diretrizes para a organização do Sistema Municipal de Ensino; colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação; assistir e orientar os poderes públicos na conduta dos assuntos educacionais do município; propor normas para a aplicação de recursos públicos em educação; propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte e outros); acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do município.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra</b>	Paritário	Formular diretrizes e promover, em todos os níveis da Administração Direta e Indireta, atividades que visem à defesa dos direitos da comunidade negra, à eliminação das discriminações que a atingem, bem como a sua plena inserção na vida socioeconômica e político cultural; assessorar o Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas do Governo Municipal, em questões relativas à comunidade negra, com o objetivo de defender seus direitos e interesses; sugerir ao Prefeito e à Câmara Municipal a elaboração de projetos de lei que visem assegurar e ampliar os direitos da comunidade negra e eliminar da legislação disposições discriminatórias.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Prevenção às Doenças Transmissíveis Sexualmente</b>	Paritário	Promover a realização, através de pessoal especializado, de cursos destinados a habilitar os membros das comunidades na prevenção e cuidados a serem dispensados aos portadores de doenças transmissíveis sexualmente, especialmente a AIDS; orientar a política local de educação, prevenção e tratamento de portadores de doenças transmissíveis sexualmente; exigir do Poder Público Municipal o cadastramento, a fiscalização, a supervisão e avaliação dos serviços prestados pelas organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, de prevenção e tratamento de pessoas portadoras de HIV.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Saúde</b>	Tripartite	Deliberar sobre os modelos de atenção à saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde; estabelecer diretrizes para elaboração dos planos de saúde, adequadas à realidade epidemiológica e à organização de serviços, no âmbito do município; fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde; propor medidas para o aperfeiçoamento da organização de serviços e do funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	Paritário	Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridade e controlando as ações de execução; sugerir a formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente; gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais; sugerir sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Esportes e Lazer</b>	Tripartite	Subsidiar tecnicamente o Executivo na elaboração do Plano Municipal de Desporto e Lazer de Peruíbe; deliberar sobre os pontos básicos componentes do Programa Anual de Atividades de Esportes e Lazer em Peruíbe, especialmente sobre a destinação dos recursos financeiros; deliberar sobre as prioridades para a aplicação dos recursos financeiros oriundos das esferas federal, estadual, municipal e privada para ingresso no FUNMEL – Fundo Municipal de Esportes e Lazer; emitir pareceres, resoluções e normas sobre questões desportivas e de lazer, no âmbito municipal; fiscalizar a origem e destinação dos recursos orçamentários oriundos do FUNMEL.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Alimentação Escolar</b>	Tripartite	Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar; zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com parecer conclusivo, as prestações de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>	Paritário	Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano (estadual ou municipal) de habitação; aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHS; fixar critérios para a priorização de linhas de ações; deliberar sobre as contas do FHS; dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHS, nas matérias de sua competência.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Defesa do Meio Ambiente</b>	Informação não disponível	Estabelecer diretrizes para a política municipal de meio ambiente; colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção do Meio Ambiente no Município; estudar, definir, propor normas e procedimentos visando a proteção ambiental do município, colaborando com a administração; promover e colaborar na execução de programas inter-setoriais de proteção à flora, fauna e recursos naturais; opinar e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente, aos órgãos públicos, à indústria, comércio, agropecuária e à comunidade; colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e flora; promover e colaborar na execução de Programa de Educação Ambiental a ser ministrado obrigatoriamente em toda rede de ensino municipal.	Consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho dos Direitos da Mulher</b>	Paritário	Sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento de uma consciência pautada na igualdade dos direitos, respeito à dignidade humana e à importância da mulher na participação da vida social do país; criar, estimular e apoiar ações vinculadas entre o conjunto de órgãos públicos privados, para a implantação e implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero; deliberar e acompanhar a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito municipal, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher; divulgar, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação relacionada ao direito da mulher; propor medidas normativas para criar, modificar ou revogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam violência, discriminação e crime contra as mulheres; propor e garantir campanhas educativas para informar e esclarecer os direitos de que são titulares as mulheres.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho do Idoso</b>	Paritário	Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência; estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar os idosos; propor medidas que visem garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória; incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa; estimular projetos que tenham como objetivo a participação dos idosos nos diversos setores da atividade social.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e de Valorização dos Profissionais da Educação</b>	Tripartite	Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo; supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB; examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo; emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal.	Consultivo e fiscalizador.

<b>Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro</b>	Paritário	Estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal; promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte; elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual e anualmente o Programa de Trabalho e acompanhar a sua execução; manter intercâmbio com os Conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum; assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas à agropecuária e ao abastecimento alimentar.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Turismo</b>	Paritário	Programar e executar amplos debates sobre os temas de interesse turístico para a Cidade ou Região; diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico e orientar sua melhor divulgação; formular as diretrizes básicas que serão observadas na política municipal de turismo; desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Peruíbe; estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de prover a infraestrutura adequada à implementação do turismo; promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo, e apoiar a Prefeitura na realização de eventos de relevância para o setor; propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no município e emitir parecer relativo ao financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência</b>	Paritário	Elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo; zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acessibilidade nas diversas esferas relativas à pessoa com deficiência; propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência; acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho da Juventude</b>	Paritário	Formular diretrizes da política municipal direcionada à juventude, inclusive fixando prioridades para a definição das ações correspondentes e a aplicação dos recursos; incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates, pesquisas e capacitação de pessoal no campo da promoção e defesa dos jovens; analisar, elaborar, discutir e propor políticas públicas, projetos de lei ou outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude; colaborar com o Executivo Municipal, através de seus órgãos próprios, na promoção, bem como execução de projetos e programas destinados ao público jovem; fiscalizar e adotar as providências necessárias para garantir o cumprimento da legislação pertinente aos direitos da juventude; receber sugestões oriundas da sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho da Cidade</b>	Informação não disponível	Propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente, em especial a construção do Plano Diretor do Município; emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano; propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano; acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos; promover a cooperação entre o Governo Municipal e a sociedade civil na formulação e execução da política municipal de desenvolvimento urbano.	Consultivo e fiscalizador. Delibera sobre recursos oriundos do Fundo de Desenv. da Cidade.
<b>Conselho das Associações Comunitárias</b>	Membro das associações formalmente constituídas e 1 representante do Executivo	Colaborar com as associações comunitárias na consecução dos seus respectivos programas de desenvolvimento comunitário; promover o intercâmbio entre as associações comunitárias e divulgar suas realizações; pleitear pela melhoria das condições de vida das comunidades; representar, no âmbito do Município de Peruíbe, os interesses das associações comunitárias; atuar como órgão orientador e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem às comunidades.	Consultivo.
<b>Conselho de Contribuintes</b>	Paritário	Julgar, em segunda instância, recursos sobre tributos municipais; julgar pedidos de esclarecimentos de suas decisões, quando estas se afigurarem omissas, contraditórias ou obscuras; sugerir, aos órgãos competentes da Administração Municipal, medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema tributário municipal; solicitar diligência nos processos, ordenando perícias, vistorias, prestação de esclarecimentos e suprimentos de nulidades; resolver as dúvidas suscitadas por qualquer de seus membros titulares sobre a ordem dos serviços, a interpretação e execução de leis e regulamentos; e representar ao Prefeito Municipal para: a) comunicar irregularidades ou faltas funcionais verificadas no processo, na instância inferior; b) propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos; e c) sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Cultura</b>	Informação não disponível	Informação não disponível.	Informação não disponível.
<b>Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família</b>	Paritário	Contribuir para a construção e manutenção de um cadastro qualificado; identificar os potenciais beneficiários do PBF; acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços públicos necessários ao cumprimento das condicionalidades do PBF; acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do PBF; acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização e o monitoramento do processo de cadastramento nos municípios, da seleção dos beneficiários, da concessão e manutenção dos benefícios, do controle do cumprimento das condicionalidades, da articulação de ações complementares para os beneficiários do programa, e da sua gestão como um todo; estimular a participação comunitária no controle da execução do PBF; contribuir para a formulação e disseminação de estratégias de informação à sociedade.	Consultivo e fiscalizador.
<b>Conselho de Expansão e Desenvolvimento Industrial e Comercial</b>	Informação não disponível	Trabalhar como relações públicas do município com empresas de outras localidades, no sentido de atraí-las para Peruíbe, e criar projetos de novas empresas com recursos de cidadãos peruibenses que poderão ser sócios em novas empresas; buscar recursos em secretarias estaduais e federais competentes; analisar os pedidos e incentivos e, afinal, recomendação ao Chefe do Executivo, das vantagens a serem concedidas em cada caso. Ao Chefe do Executivo compete a aprovação, no todo ou em parte, das recomendações do COMEDIC.	Consultivo.
<b>Conselho Anti-drogas</b>	Paritário	Promover a realização, através de pessoal especializado, de cursos destinados a habilitar os membros das comunidades afins na prevenção e recuperação de dependentes de substâncias entorpecentes e drogas; orientar a política local de educação, prevenção, repressão, recuperação e pesquisa relativa ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas; manter contatos e relações com órgãos dos sistemas federal, estadual e outros municípios, bem como com organismos não governamentais; incentivar e apoiar ações de denúncia, fiscalização, controle de produção, distribuição e comercialização de substâncias entorpecentes e drogas que possam causar dependência física e/ou psíquica; estimular a comunidade a integrar-se às instituições que cuidem de programas na área de prevenção ao uso de substâncias entorpecentes e drogas e de doenças decorrentes desse uso.	Deliberativo e consultivo.
<b>Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural</b>	Paritário	Definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio histórico e cultural, compreendendo o artístico, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município; coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes a essa política; sugerir aos poderes públicos, estadual ou federal, medidas para o cumprimento das exigências decorrentes da execução dessa política; inventariar e registrar os bens cujas características ensejam preservação; cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento, emitindo parecer fundamentado.	Consultivo.

TABELA 8  
Caracterização dos Conselhos no município de Peruíbe<sup>37</sup>

<sup>37</sup> A tabela mais detalhada encontra-se no anexo do relatório completo.

Boa parte dos conselhos está definida, por suas legislações de criação, como tendo caráter deliberativo. Formalmente, portanto, a maioria teria o poder de propor e deliberar sobre as políticas públicas a serem implementadas nas respectivas temáticas. Por outro lado, alguns conselhos importantes para o município são, por lei, consultivos. É o caso dos Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, da Cidade, das Associações Comunitárias, de Expansão e Desenvolvimento Industrial e Comercial e de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural. Para alguns interlocutores da sociedade civil, seria importante garantir a natureza deliberativa desses conselhos por lei, para que a população possa participar de fato da formulação de suas respectivas políticas públicas.

Na maioria dos conselhos está prevista a periodicidade mensal das reuniões ordinárias, além de possíveis reuniões extraordinárias. Pelo menos nove conselhos têm previsto como atribuição específica, nas legislações que os instituíram, a convocação e proposição de Conferências Públicas Municipais. Essa atribuição deveria estar também presente nos demais conselhos, como meio de garantir maior autonomia.

Não foi possível verificar a existência de atividades formativas regulares e sistemáticas para os conselheiros, nem de iniciativa da sociedade civil, nem do Poder Público. Vale ressaltar que a capacidade de discutir e o conhecimento sobre o processo orçamentário, da temática tratada pelo respectivo Conselho, bem como da questão da autonomia, da representação e da representatividade, são questões importantes para os processos formativos a serem desencadeados, fortalecendo a atuação dos conselheiros nos seus espaços e o funcionamento dos conselhos conseqüentemente.

Um aspecto positivo, e que diferencia os conselhos de Peruíbe, é o fato da maioria não ser presidida pelo Poder Público, determinação derivada das respectivas legislações. A previsão legal da ocupação da presidência de conselhos pelo Poder Público costuma ser apontado como um impeditivo à plena autonomia dos conselhos municipais, influenciando sobre o seu real poder deliberativo. Além disso, costuma sinalizar a importância estratégica assumida por eles. No caso de Peruíbe, apenas o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e o Conselho de Contribuintes têm leis que determinam a presidência por parte do poder público.

A infraestrutura necessária à realização das atividades não foi apontada como um ponto crítico ao funcionamento dos conselhos de Peruíbe durante as entrevistas realizadas, embora a legislação de quase metade deles indique a dependência do apoio administrativo e material das Secretarias às quais são vinculados, não prevendo nenhuma dotação orça-

mentária própria. Nos demais, não há referência, em suas legislações, sobre a origem da infraestrutura necessária ao seu funcionamento. Em 2006 foi criada uma Casa dos Conselhos em Peruíbe. Segundo o regimento interno, entidade pretende ser um espaço aberto à sociedade civil, que sirva à integração entre os conselhos, além de lhes fornecer o necessário apoio às suas atividades. O link com informações atualizadas, disponível no site da Prefeitura, quando testado, não estava em pleno funcionamento, prejudicando a divulgação das atividades desses espaços de gestão participativa e o conseqüente controle social por parte da população local.

Não foi possível aferir o grau de incidência dos conselhos no Orçamento Público, devido à insuficiência de dados oficiais disponíveis. Cabe ressaltar que nove entre os 25 conselhos possuem um fundo próprio. Entretanto, a capacidade dos conselhos de intervir no orçamento público depende também da criação de espaços específicos para esse fim, como o Orçamento Participativo, para assegurar a efetiva participação e intervenção da sociedade na definição e priorização de políticas.

# A REALIDADE DE PERUÍBE NA VISÃO DA POPULAÇÃO



CARMEM BUSO CREATIVE COMMONS

As considerações abaixo resultam do processo participativo desencadeado junto às organizações da sociedade civil, por meio de entrevistas e da oficina pública<sup>38</sup>. É importante destacar que reuniões de articulação, com algumas organizações locais da sociedade civil, também antecederam as entrevistas e a oficina pública. Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto a dois grupos de moradores de Peruíbe dos segmentos C e D.

O material recolhido foi compilado e sistematizado, procurando refletir as principais questões e visões apresentadas sobre o município, suas políticas públicas e as perspectivas de desenvolvimento. Procuramos explicitar no texto os diferentes pontos de vista dos mais variados segmentos entrevistados e os interesses diversos evidenciados pelos mesmos, sempre a partir de uma perspectiva democrática e inclusiva, no sentido de considerar legítimas todas as opiniões que se colocaram, ainda que contraditórias e/ou excludentes entre si.

<sup>38</sup> Foram mapeadas 31 organizações civis, das quais 8 foram entrevistadas. Também foi realizada uma Oficina Pública, que contou com a participação de 27 membros de 16 organizações, onde se procurou aprofundar essa escuta. Esta oficina foi realizada no dia 18 de julho de 2012. Dentre as organizações, encontram-se associações de moradores de bairro, organizações representativas de categorias profissionais, colônia de pescadores, associação de pesca artesanal e redes sócio assistenciais.



Nas organizações da sociedade civil de Peruíbe é preponderante o senso de comprometimento e cuidado com o município e as suas perspectivas de futuro. A articulação entre estas organizações parece acontecer mais pontualmente e nos espaços de gestão participativa. Há, entretanto, uma articulação mais forte entre as comunidades inseridas na Estação Ecológica da Juréia, impulsionada pela ameaça de remoção e precarização da condição de vida dos seus moradores, impostas pela restrita legislação ambiental.

A temática ambiental mobiliza fortemente as discussões da sociedade civil organizada. A grande questão colocada pelas discussões e entrevistas é o dilema entre o crescimento/desenvolvimento e a preservação da qualidade de vida, mantendo o meio ambiente e a vida tranquila no município.

Na percepção dos interlocutores da sociedade civil organizada, a gestão pública é marcada pela falta de planejamento, especialmente para o desenvolvimento do turismo, aliado à infraestrutura insuficiente e problemas na implementação das políticas públicas. Para eles, as políticas públicas são deficientes, frente às necessidades colocadas pelo crescimento da população e pela demanda de um município turístico, e a estrutura municipal para a prestação dos serviços permanece a mesma há muitos anos, com uma prática administrativa defasada.

Os interlocutores apontam deficiência no diálogo do município com o Estado e a União, para resolver vários conflitos e contradições que envolvem esta questão no uso das áreas preservadas.

A saúde é apontada com um dos mais graves problemas em Peruíbe. As principais questões dizem respeito à falta de estrutura, baixa qualidade no atendimento, escassez de especialidades clínicas. Tais deficiências, somadas à dificuldade do acesso e falta de profissionais e remédios na zona rural tendem a provocar o deslocamento de pacientes às cidades vizinhas. As críticas não se restringem ao SUS, mas incluem igualmente os convênios.

Com relação à educação, apontam a necessidade de mais vagas em creches e a queda da qualidade de ensino a partir da 5ª série.

Na questão da moradia, a preocupação reside na precariedade das habitações da população de baixa renda nas regiões periféricas, “depois da linha do trem”, localizadas em áreas de risco sujeitas a enchentes. Ao mesmo tempo, o aumento de condomínios fechados e a pressão por empreendimentos verticalizados na orla são vistos pelos interlocutores como dinâmicas inadequadas à expansão urbana do município.

A questão do saneamento básico também se destaca nas falas. Comenta-se que está em curso a ampliação da rede, mas a situação em alguns bairros segue precária.

Sobre o tema da mobilidade urbana, a bicicleta é apontada como um meio de transporte bastante utilizado na cidade, principalmente pelos trabalhadores das regiões periféricas. As ciclovias são consideradas satisfatórias na orla e nas principais avenidas. Por outro lado, os interlocutores indicam que a cobertura do transporte público é insuficiente nos bairros periféricos e nas comunidades rurais. Problemas de congestionamento das principais vias são relacionados à falta de planejamento do trânsito e à instalação de grandes redes varejistas.

A questão ambiental se impõe como grande dilema de Peruíbe entre crescer e preservar o meio ambiente e a qualidade de vida. A preservação da natureza é vista como importante ação para garantir a qualidade de vida e o ar puro. Porém, ao mesmo tempo, a rigidez da legislação ambiental é percebida como algo que penaliza a população local e como um impeditivo ao desenvolvimento do município através do uso mais racional dos lotes urbanos e da exploração sustentável dos parques. Nesta percepção, a atuação dos órgãos ambientais é tida como muito forte e exagerada.

A proposta de construção de um porto na cidade, pelo grupo empresarial de Eike Batista, exemplifica bem o dilema que se coloca para o município e a sua população, entre a preservação ambiental e o desenvolvimento local. Embora esse empreendimento seja visto como um forte gerador de empregos, a tendência da população foi apoiar o embargo, em nome da preservação do meio ambiente e, em alguns casos, em nome da causa indígena.

Outra questão que exemplifica este conflito é a situação vivida pelas comunidades residentes dentro da Estação Ecológica da Jureia-Itatins. As comunidades caiçaras desta área foram afetadas no seu modo de vida e subsistência e, desde então, vivem em situação precária em permanente risco de expulsão. A luta pelo direito de permanecer no parque, com apoio decisivo da defensoria pública e de parlamentares da Assembleia Legislativa, a partir de 2003, se traduziu na luta pela mudança da lei que rege a Estação Ecológica, alcançada em 2006, e derrubada por ação de inconstitucionalidade do Ministério Público em 2009.

Nesse contexto, a experiência das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) foi inviabilizada. Diante da pressão da comunidade, o Governo Estadual apresentou nova proposta de lei que se encontra em tramitação.

Ao abordar o tema do emprego, os olhares não caminham numa mesma e única direção. As distintas visões expressam a tensão entre crescimento e qualidade de vida. As poucas oportunidades de emprego e a sua sazonalidade despontam como uma das maiores fragilidades de Peruíbe, mas não chegam a contornar a imagem positiva da cidade.

A questão do desenvolvimento sustentável também é permeada pelo dilema crescimento versus preservação. O desenvolvimento sempre está associado e condicionado à preservação da qualidade de vida. A centralidade do tema talvez se explique pelo fato de que somente num período mais recente a cidade se deparou com projetos de magnitude e com forte potencial de impacto na dinâmica e no imaginário da cidade, como o Porto Brasil e, mais recentemente, o pré-sal. A discussão desses projetos foi mais intensa nos grupos de pesquisa do que nas entrevistas e discussões realizadas com os interlocutores das organizações da sociedade civil, onde a temática ambiental e o desenvolvimento foi objeto de debate mais intenso.

Para os participantes dos grupos de pesquisa, a manutenção da qualidade de vida é preponderante sobre o crescimento. Entre as organizações da sociedade civil percebe-se uma ênfase maior na necessidade de alavancar o desenvolvimento do município, considerando uma perspectiva sustentável e inclusiva. Para isso, propõem a diversificação das modalidades de turismo, como meio de dinamização do comércio e atração de empresas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, que favoreça a pesquisa, a cultura caiçara, a pesca artesanal e a exploração sustentável das áreas de preservação ambiental.

As principais potencialidades e perspectivas de desenvolvimento sustentável de Peruíbe, apontadas pelos interlocutores das organizações da sociedade civil e participantes dos grupos de pesquisa, foram o turismo, o comércio, a construção civil, as oportunidades abertas pelos grandes projetos (pré-sal, porto), a valorização da cultura das comunidades tradicionais, a pesca artesanal e a agricultura.

A vocação turística é apontada como a característica mais importante. As belas praias, cachoeiras, rios, parques, reservas, montanhas e a presença de comunidades tradicionais constituem seus principais atrativos. É consensual que ao turismo não é dada a devida atenção que deveria receber por parte da gestão municipal em termos de planejamento, investimento, infraestrutura e divulgação. A dependência do veraneio sazonal e restrito à temporada é apontada como uma das fragilidades da economia. Mesmo entendendo que o desenvolvimento do turismo deve ser sustentável e inclusivo, consideram a legislação urbanística muito restritiva.

Para os interlocutores, a chegada de algumas redes varejistas na cidade é um sinalizador das mudanças no comércio, que favorecem a ampliação da oferta de empregos para a população local. Já a construção civil, junto com o poder público, é também citada como fonte de geração permanente de empregos na cidade. O baixo custo da terra, programas de financiamento à moradia como o programa 'Minha Casa,

Minha Vida', e a construção de condomínios de luxo para segunda residência respondem pela importância que a construção civil adquiriu aos olhos dos interlocutores e fazem do setor um elemento potencial ao desenvolvimento da cidade.

Em uma perspectiva futura, os grandes projetos (Pré-sal/Petrobras e Porto Brasil) são vistos como oportunidades de alavancar os empregos almejados e potencializar o desenvolvimento do município, embora existam muitos receios sobre os riscos para a natureza e tranquilidade do dia a dia da cidade.

As comunidades tradicionais, especialmente as caiçaras, também são vistas como elementos potenciais de desenvolvimento sustentável, tendo em vista a riqueza de sua cultura. Considera-se que as gestões públicas estadual e municipal estão longe destas comunidades, não apoiando seu fortalecimento e pouco investindo em políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.

Embora fragilizadas, a atividade pesqueira e a agricultura ainda são vistas como potencialidades a serem valorizadas e apoiadas, por se constituírem atividades de sobrevivência para muitas comunidades do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da articulação das expectativas e visões da população sobre o desenvolvimento de Peruíbe, com as análises técnicas temáticas desenvolvidas, procuramos estruturar algumas considerações sobre as perspectivas de desenvolvimento, as condições de viabilidade e as implicações em termos de reestruturação do território e definição de políticas públicas.

Embora o dilema entre crescimento versus preservação da qualidade de vida apareça como uma das mais importantes questões expostas pela população, a análise das dinâmicas econômicas do município mostra que esse vem apresentando um dinamismo econômico inferior a grande parte dos municípios do litoral paulista. O crescimento apresentado pelo município, como se mostrou, deve-se em grande medida aos investimentos do setor público, vistos na ampliação da administração pública e investimentos nas áreas de urbanização e saneamento, tendo o município pouco se beneficiado dos investimentos do pré-sal. Essa situação coloca a discussão de estratégias para a dinamização da economia como um ponto chave do debate sobre o desenvolvimento sustentável do município.

A leitura comunitária mostrou que a população de Peruíbe tem uma grande autoestima e um sentido de pertencimento em relação ao município, e valorizam a boa qualidade de vida e seus atributos naturais (praias, rios, cachoeiras, parques, qualidade do ar). Esses valores devem ser considerados como pressupostos no avanço da discussão sobre modelos de desenvolvimento para o município, impactando inclusive na organização territorial.

A tendência de fixação da população, mostrada pelas análises da demografia do município, indica que, embora o veraneio e a construção de segundas residências permaneçam como importante vetor econômico, existem outras perspectivas de desenvolvimento. Na visão da população, o turismo permanece como vocação principal que deve ser explorada em bases sustentáveis e inclusivas.

Ao mesmo tempo, a discussão sobre os grandes projetos (Porto Brasil e Pré-sal) já se tornaram pautas da população. Nesse sentido, o debate sobre esses projetos e suas consequências para o modelo de desenvolvimento local devem ser aprofundados para que o município e seus gestores possam ter um posicionamento mais claro na definição de estratégias.

O predomínio de áreas protegidas e as limitações no atendimento do saneamento ambiental, principalmente de esgotamento sanitário, tornam essencial a implementação de uma política urbana que restrinja a expansão horizontal periférica, de forma a reduzir as chances de que os investimentos agora planejados, no futuro sejam insuficientes, e que o processo de urbanização afete a preservação das áreas protegidas. Essa política urbana precisa ser articulada ao enfrentamento da precariedade habitacional, seja pela construção de novas unidades em áreas infraestruturadas, seja pelo fortalecimento das políticas de regularização fundiária. A política habitacional deve também auxiliar a promoção de uma cidade mais compacta e adensada nas áreas já urbanizadas.

Peruíbe tem instrumentos jurídicos de gestão bastante avançados, que, em certa medida, têm possibilitado importantes avanços na gestão democrática, garantindo a participação crescente da população nas decisões. Além disso, deve-se ressaltar que o Plano Diretor incorpora grande parte dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, embora a efetiva aplicação desses instrumentos seja parcial e incompleta. Este é particularmente o caso das ZEIS, que embora previstas enquanto instrumento não foram delimitadas, estando as suas diferentes categorias desarticuladas, o que limita a funcionalidade do instrumento nas situações onde são necessárias simultaneamente ações de urbanização, reassentamento e produção de novas unidades.

# BIBLIOGRAFIA

- ALVES, P. M. F.; ARFELLI, C. A.; TOMÁS, A. R. G. Caracterização da pesca de emalhe do litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 35, p. 17-27, 2009.
- BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R.A. Principles of geographical information systems. Oxford, Oxford University Press, 1998.
- Campos, F. P., Paludo, D., Faria P. J. & Martuscelli, P. 2004. Aves Insulares Marinhas, residentes e Migratórias, do Litoral do Estado de São Paulo. In: Brancio, J. O. (Org.) Aves Marinhas e Insulares Brasileiras. Bioecologia e Conservação. Itajaí: Univali Ed. 266p.
- CARDOSO, Daniel; RIEDEL, P. S; VEDOVELO, R.; BROLLO, Maria Jose; TOMINAGA, Lidia Keiko. Compartimentação fisiográfica do município de Peruíbe, litoral de São Paulo uma abordagem metodológica com subsídio à avaliação geotécnica de terrenos. *Pesquisas em Geociências (UFRGS. Impresso)*, v. 36, p. 251-262, 2009.
- CASTRO, R. M. C.; MENEZES, N. A. 1998. Estudo Diagnóstico da Diversidade de Peixes do Estado de São Paulo. In: CASTRO, R. M. C., JOLY, C. A. e BICUDO, C. E. M., Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil: Síntese do Conhecimento ao Final do Século XX. vol. 6 Vertebrados. São Paulo, WinnerGraph – FAPESP.
- DI PIETRO, Maria Zanella. Direito Administrativo. 13. edição, São Paulo: Atlas, 2001.
- DRUMOND, M.A. Prioridades para Investimento do Fundo para Áreas Protegidas da Mata Atlântica. Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional (CI-Brasil) e a The Nature Conservancy (TNC), 2009.
- FIGUEIREDO, G.J.P. Curso de Direito Ambiental. Editora RT, 4ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- FLORILLO, C.A.P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- Forman, R. T. T. 1995. Land mosaics: the ecology of landscapes and regions. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom. Forman, R. T. T. 2000.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL (FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL). PLANO EMERGENCIAL DE USO PÚBLICO do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. SMA: São Paulo, 2010.
- GEFE, W. E.; AMORIM, L. F. C.; AMORIM, A. C. e AMORIM, F. A. (2004). Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal na Região da Baixada Santista. In: IV Congresso Brasileiro de Pesquisas Ambientais e Saúde, Santos. p. 13-21.
- Honora, A.C.C.; Resende, M.A.C.S.; Bressan, T.V. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação: A experiência do Estado de São Paulo. In: Honora, A.C.C.; CASTRO, C.A.M.; BARCELLOS, L.M. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação: As experiências dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo / Fundação Florestal, 2009.
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Plano de Manejo da Estação Ecológica dos Tupiniquins. Brasília, 2008.
- ICMBIO. Plano de Manejo da Estação Ecológica dos Tupiniquins. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2008.
- JACOBO WAISELFISZ, J. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. RITLA, Instituto Sangari, MMS, MMJ, 2008.
- Jacobo Waiselfisz, Julio. 2008. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. RITLA, Instituto Sangari, MMS, MMJ.
- Jacobo Waiselfisz, Julio. 2011. Mapa da Violência 2012: Os novos padrões de violência homicida no Brasil. Instituto Sangari.
- Jacobo Waiselfisz, Julio. 2012. Mapa da Violência 2012 caderno complementa 1: Homicídio de Mulheres no Brasil. Instituto Sangari, São Paulo. Abril, 2012.
- Lero (2011) Territórios e bens comuns
- LOPEZ, A.G., BARROS, M.O. 1992 Cartografia Geológica Geotécnica do litoral norte do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 37º, São Paulo, SP, Boletim de resumos expandidos, São Paulo, SP. Sociedade Brasileira de Geologia, V.I. Simpósios, p.47. Carta geotécnica do litoral norte composta por 14 folhas 1:50.000.
- LUZ, Normélia Carvalho. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, 2005. Diagnóstico dos aspectos do meio físico em áreas de manguezal, Parque Peçabuçu – Praia Grande – SP.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 19ª edição, Malheiros Editores LTDA, 2011.
- MARICATO, E. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Marques, O. A. V., Martins, M. & Sazima, I. 2002. A Jararaca da Ilha da Queimada Grande. *Ciência Hoje* 31(186):56-59.
- Mattos Ricardo, Carolina e Haydee G. C. Caruso. 2007. "Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros". In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1. Edição 1, 2007.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 22ª edição, São Paulo: Malheiros, 1997.
- MENDES, E V. As Redes de Atenção à Saúde. Belo Horizonte: ESP-MG; 2009. 848p.
- Migotto, A. E.; Tiago, C G. Síntese. In: Migotto, A. E.; Tiago, C G. (Orgs.). Biodiversidade do Estado de São Paulo: Síntese do conhecimento ao final do Século XX. Vol. 3. Invertebrados Marinhos. São Paulo: FAPESP. 1999.
- MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 1. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- Miraglia, Paula. 2006. "Os municípios e a Segurança Pública". In: Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (orgs). Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?. São Paulo: Contexto.

- MIRAGLIA, Paula. 2010. Cosmologias da Violência: entre a regra e a exceção. Uma etnografia da desigualdade em São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – PPGAS/USP.
- OLIVA, A. Programa de manejo fronteiras para o Parque Estadual Xixová- Japuí-SP Dissertação de Mestrado em recursos Florestais ESALQ-USP Piracicaba, julho de 2003. 239p.
- PEDRASSOLI, J.C. Análise orientada a objeto para detecção de favelas e classificação do uso do solo em Taboão da Serra/SP – Dissertação de mestrado em Geografia Física, FFLCH USP, 2011.
- RIBEIRO, M. B. A expansão urbana de Peruíbe: aspectos legais e a realidade do uso e ocupação da terra. Dissertação do Programa de Mestrado do Curso de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RIBEIRO, Monica Bárbara. A Expansão Urbana de Peruíbe: Aspectos legais e a realidade do uso do solo e a ocupação da terra. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.
- Ross, J.L.S.; Moroz, I.C. Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: FFLCH/USP e IPT/FAPESP, 1997.
- SAKAMOTO, R.S.R.S. (Dissertação de Mestrado em Paisagem e Ambiente). Bertioga: paisagem, ambiente e urbanização. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. M. Políticas Públicas e Gestão: O caso dos bairros rurais de Peruíbe localizados no Parque Estadual da Serra do Mar. São Vicente: UNESP, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista /Campus do Litoral Paulista Unidade de São Vicente. São Vicente, 2008.
- SARTORI, G.; NEMBRINI, G.; STAUFFES, F.; Monitoring of urban growth of informal settlements (IS) and population Estimation from aerial photography and satellite imaging. Data Exchange Platform for the Horn of Africa (DEPHA), UNEP, Kenya.
- SCIFONI, S. (2006). A construção do patrimônio natural (Tese de Doutorado em Geografia Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SILVA, J.A. da. Direito ambiental constitucional. 7ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SILVA, S.F. (org). Redes de atenção à saúde no SUS: o pacto pela saúde e redes regionalizadas de ações e serviços de saúde. Campinas, SP: IDISA: CONASEMS, 2008.
- SOUSA, I. F.; FERREIRA, L. E. C.; MAGINI, C.; ABESSA, D. M. S. Percepção Ambiental, Perfil Sócio-Econômico da Comunidade Residente e Uso e Ocupação do Solo, no Núcleo Pedro de Toledo – Parque Estadual da Serra do Mar – SP. O Mundo da Saúde, n.30, v.4, p.570-580. 2006.
- TESSLER, M.G.; GOYA, S.C.; YOSHIKAWA, P.S. e HURTADO, S.N., 2004. Atlas de Erosão e Progradação Costeira do Litoral do Estado de São Paulo. Technical Report. Atlas de Erosão e Progradação do litoral do Brasil.
- ZUQUETTE, L. V. Análise da cartografia geotécnica e proposta metodológica para as condições brasileiras. São Carlos, SP, 1987. Tese de Doutoramento – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo/USP.
- ZUQUETTE, L.V. & NAKAZAWA, V. A. Cartas de geologia de engenharia. In: OLIVEIRA, A. M. S. & BRITO, S. N. A. (Eds.). Geologia de engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de engenharia (abge), 1998. Cap. 17, p. 283-300.

## Sites consultados:

- A Indústria do Petróleo [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8760602B214695CA\\_832573BE004E6135/\\$File/Ind%C3%BAstriado\\_Petr%C3%B3leo.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8760602B214695CA_832573BE004E6135/$File/Ind%C3%BAstriado_Petr%C3%B3leo.pdf)
- BASTOS, C.C. Apresentação realizada na reunião da Câmara Temática de Pesca da Apa Marinha Litoral Centro. 27 de outubro de 2010. Disponível em: < <http://www.jornalmartimpescador.com.br/102.pdf>> .
- BELLATO, S.M.; MENDES, I.A. Análise da suscetibilidade ambiental e diretrizes para o zoneamento do Núcleo Curucutu do Parque Estadual Serra do Mar (SP-BRASIL). (2002). Disponível em: < [http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/analise\\_da.pdf](http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/analise_da.pdf)> .
- BID/GESP (Banco Interamericano de Desenvolvimento / Governo do Estado de São Paulo).
- Caderno de Informações de Saúde - <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/>
- CASARINI, L.M. Apresentação realizada na reunião da Câmara Temática de Pesca da Apa Marinha Litoral Centro. 27 de outubro de 2010. Disponível em: < <http://www.jornalmartimpescador.com.br/102.pdf>> .
- CASARINI, L.M. PETRECHOS DE PESCA PERDIDOS NO MAR. (2011). In: X REUNIÃO CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE PESCA. 07 e 08 de dezembro de 2011. São Paulo – SP. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/10recip/palestras/X\\_ReCIP\\_p4\\_11-13.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/10recip/palestras/X_ReCIP_p4_11-13.pdf)> .
- CAVE (COLETIVO ALTERNATIVA VERDE). (1999). Avaliação preliminar de impacto ambiental na APA Santos Continente nas futuras áreas de ocupação ZPR. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/coletivocave/santoscont>> .
- CEA/SMA (COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL / SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE). Projeto Pesca em Áreas Marinhas Protegidas 2009. Disponível em: <[http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ea/projetopescasustentavel/RELAT\\_ORIO\\_CURSO\\_APAS.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ea/projetopescasustentavel/RELAT_ORIO_CURSO_APAS.pdf)> . Acesso em: 18 de março de 2012.
- CETESB, 2001. Parque Estadual da Serra do Mar comemora 30 anos. (2007). Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28\\_serra.htm](http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28_serra.htm)> .
- COAP, Informações sobre os Contratos Organizativos da Ação Pública: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/gestor/homepage/destaques/>
- Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011 – 13 volumes; Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; disponível na íntegra em: [www.conass.org.br](http://www.conass.org.br)
- Conservation International Brasil. Campanha pelo Parque Nacional Marinho Queimada Grande. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=15>> . Publicado em: 22 de março de 2004.

- DATASUS: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), Aplicativo do Pacto pela Saúde (SISPACTO), Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS)
- Destaque: Painel de Indicadores de Monitoramento e Avaliação em Saúde (Painel Saúde)  
<http://www.seade.gov.br/projetos/psaude/index.php?page=welcome>
- ekosbrasil (INSTITUTO EKOS BRASIL). Parque Estadual da Serra do Mar. Disponível em: <<http://www.ekosbrasil.org/media/file/pesm.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.
- Fundação SEADE - [seade.gov.br](http://seade.gov.br)
- GESP (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO). Projeto Marinas chega à Baixada Santista. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/noticias2.php?id=95>>. Acesso em: 12 de março de 2012.
- Google Earth, 2012
- HONORA, A.C. Entrevista concedida ao Jornal Costa Norte em 18 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.costanorte.com.br/index.php/editorias/cidades/bertioga/parque-estadual-da-restinga-ja-conta-com-verba-2>>.
- <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactsp.def>
- <http://www.cetesb.sp.gov.br/gerenciamento-de-riscos/emergencias-quimicas/134-dutos-no-estado-de-S%C3%A3o-paulo>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2011.
- <http://www.museuvivodofandango.com.br/main/home.htm>
- <http://www.petrobras.com.br/minisite/memoriacultural/port/patrimoniomaterial/MuseuVivodoFandango.asp>
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm)
- <http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/cartas> Consultado em jan/2013
- [http://www.redecananeaia.org.br/quem\\_somos/](http://www.redecananeaia.org.br/quem_somos/)
- <http://www.usp.br/nupaub/>
- ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Portal ICMBIO. Disponível em: <[www.icmbio.gov.br/](http://www.icmbio.gov.br/)>. Acesso em 28 de dezembro de 2012.
- IDSUS, Informações sobre o Índice de Desenvolvimento do SUS: [www.saude.gov.br/idsus](http://www.saude.gov.br/idsus)
- IF (INSTITUTO FLORESTAL). Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2012.
- Indicadores do Pacto pela Saúde - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactsp.def>
- Informações sobre o Índice de Desenvolvimento do SUS - IDSUS: [www.saude.gov.br/idsus](http://www.saude.gov.br/idsus)
- Informações sobre os Contratos Organizativos da Ação Pública - COAP: <http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/gestor/homepage/destaques/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2012. <<http://www.ibge.gov.br>>
- MARCHESINI, R. Entrevista concedida ao jornal Continental News. Disponível em: <<http://acontinews.blogspot.com.br/2012/01/area-continental-tem-enorme-potencial.html#!/2012/01/area-continental-tem-enorme-potencial.html>>. Publicado em: 25 de janeiro de 2012, Acesso em: 08 de setembro de 2012.
- Ministério da Justiça – MJ. 2012. <http://portal.mj.gov.br>
- Painel Saúde (Painel de Indicadores de Monitoramento e Avaliação em Saúde) - <http://www.seade.gov.br/projetos/psaude/index.php?page=welcome>
- PARCEL. Disponível em: <<http://www.parcel.org.br/>>. Acesso em: 01/09/2012.
- PMQA (Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental). (2011). Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar. Disponível em: <<http://ma-pesm.blogspot.com.br/>>.
- PRANDINI, F. L.; FREITAS, C. G. L. de & NAKAZAWA, V. A.: A cartografia geotécnica na prevenção e mitigação dos impactos ambientais. Anu. Inst. Geocienc. [online]. 1992, vol.15 [cited 2013-01-31], pp. 173-180. Available from: <[http://papegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-97591992000100022&lng=en&nrm=iso](http://papegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-97591992000100022&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0101-9759.
- PREFEITURA DE PERUÍBE. Disponível em: <<http://www.peruibe.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2012.
- Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica. (2009). Disponível em: <<http://www.habitacao.sp.gov.br/download/serra-do-mar/IDBDOCS.pdf>>. Acesso em: 12 janeiro 2012.
- RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). Flora na Ecorregião da Serra do Mar. (2006). Disponível em: <[http://www.rbma.org.br/anuario/mata\\_06\\_smar\\_asp\\_bio\\_flora.asp](http://www.rbma.org.br/anuario/mata_06_smar_asp_bio_flora.asp)>. Acesso em: 27 de janeiro de 2012.
- Sala de Situação, atual Sala de Apoio à Gestão Estratégica: <http://189.28.128.178/sage/>
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 22/dezembro/2012.
- SARGSUS – Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão do SUS – Manual do Usuário; Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Brasília, março de 2010 [www.saude.gov.br/sargsus](http://www.saude.gov.br/sargsus)
- SEADE - [seade.gov.br](http://seade.gov.br)

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP. 2012. <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=72>>.

SIM, Sistema de Informação sobre Mortalidade: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>

Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES)

SMA (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE). Parque Estadual da Serra do Mar comemora 30 anos. (2007). Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28\\_serra.htm](http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28_serra.htm)>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.

SMA (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE). Relatório Técnico: APA - Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro (APAMLC). (2008). Disponível em: <[http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/consultapublica/consultapublica\\_apa\\_lit\\_centro.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/consultapublica/consultapublica_apa_lit_centro.pdf)>.

SMA/FF (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE / FUNDAÇÃO FLORESTAL). Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. 2006. Disponível em: <[www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)>.

SMA/FF (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE / FUNDAÇÃO FLORESTAL). Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová - Japuí. 2010a. Disponível em: <[www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)>.

SMA/FF (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE / FUNDAÇÃO FLORESTAL). Resumo Executivo do Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová - Japuí. 2010b. Disponível em: <[www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)>.

UNIVALI (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ). Arrasto de Parelhas. Disponível em: <[http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca\\_frotas\\_detalhes/arrasto-parcelhas](http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca_frotas_detalhes/arrasto-parcelhas)>. Acesso em: 03 de março de 2012

VIVAMAR (INSTITUTO VIVAMAR). Proposta de regulamentação da pesca em Santos. (2011). Disponível em: <<http://www.vivamar.org.br/>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2012.

## Documentos

AMBIENS COOPERATIVA. Plano Diretor da Estância Balneária de Peruíbe - Produto 02 – ELABORAÇÃO TÉCNICA DA REALIDADE MUNICIPAL, 2006.

CETESB. Inventário de Resíduos Sólidos Domiciliares Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), 2011.

CETESB. Relatório Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo 2011. São Paulo: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), 2012.

Coluna Opinião Livre. Frederico Bussinger de 15 de março de 2008, no Jornal Imprensa Livre

Conservation International Brasil. Memorial Descritivo do Meio Marinho da Ilha da Queimada Grande e Proposta de Ampliação e Recategorização da ARIE. Conservation International Brasil, 2003.

Constituição Da República Federativa Do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº. 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Portal Legislação, Brasília.

DAEE. Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Peruíbe (Relatório 4 / Revisão 2). São Paulo: Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), CONCREMAT, 2010.

DAEE. Relatório 4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Peruíbe, Revisão 2. São Paulo: DAEE, CONCREMAT, 2010, 174 p.

DAEE. Relatório 4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Itanhaém, Revisão 2. São Paulo: DAEE, CONCREMAT, 2010, 174 p.

DAEE. Relatório 4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Peruíbe, Revisão 2. São Paulo: DAEE, CONCREMAT, 2010, 174 p.

Decreto 7508 que regulamenta a Lei 8080/90:

ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar (PMQA). São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Habitação; Secretaria de Segurança Pública, 2011.

FCTH. Plano Diretor de Macrodrenagem do Município de Peruíbe. VI Volumes. São Paulo: Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro. 92 p. (Séries Manuais Técnicos em Geociências, n. 1), 1992.

IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

## Indicadores do Pacto pela Saúde

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2010. Perfil dos Municípios Brasileiros 2009. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2010.

IPT 1991. Carta Geotécnica do município de Ubatuba - SP. São Paulo, (IPT-Relatório nº 28.975. Cliente: SCTDE)

Lei Complementar nº 100, DE 29 DE MARÇO DE 2007. Institui o Plano Diretor, define princípios, objetivos, estratégias e instrumentos para a realização das ações de planejamento no município de Peruíbe e da outras providências.

Lei Orgânica Do Município Peruíbe. Câmara Municipal de Peruíbe. Atualizado até a Emenda nº. 25, de 18 de Março de 2010.

Ministério da Justiça. 2009. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – Texto Base. Ministério da Justiça, Brasília, 2009.

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. “Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário”. Documentação do Arquivo Rio de Janeiro, 2011, p.11.

- PAC 2010. Balanço o 4 anos do PAC 2007 – 2010.
- PDZ 2009. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos.
- PERUÍBE (Município). Relatório Preliminar I - Elaboração do Projeto Executivo de regularização de vazão, regularização de curso e desassoreamento do Rio Preto e trechos dos afluentes Rios Branco e Acarau. Peruíbe: Prefeitura de Peruíbe, Sanetal Engenharia e Consultoria, 2010, 84 p.
- Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílio – PNAD. 2010. Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil - 2009. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, 2010.
- Plano Diretor de Peruíbe
- Plano Estadual de Habitação de São Paulo, 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE. Plano de Habitação de Interesse Social de Peruíbe. Peruíbe, 2009.
- PROIN/CAPES e UNESP/IGCE. Material didático: arquivos de transparências (CD). Rio Claro: Departamento de Geologia Aplicada, 1999.
- Resolução 399, de 22/2/2006 - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.
- RESOLUÇÃO CONAMA 303/2002 – Conama, MMA.
- SABESP. Revisão e Atualização do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista, Relatório Final – Vol. VI - Planejamento dos SAA - Região Sul. São Paulo: SABESP, 2011b, 162 p.
- SEADE, Pesquisa de Condições de Vida Fundação, 2010 - Plano Estadual de Habitação de São Paulo
- Sistema de Planejamento do SUS - uma construção coletiva; Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – 3a. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 100 p.
- SMA (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE). Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo Cubatão. São Paulo: 1998.
- SMA/FF. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SMA); FUNDAÇÃO FLORESTAL (FF), 2006.
- SPU/SP – ofício GP-SPU/SP 462/12
- Termo de Referência para a estruturação de Redes Regionais de Atenção à Saúde no Estado de São Paulo – Documento conjunto SES-SP e COSEMS-SP; setembro de 2011
- VETEC. Pesquisa Origem-Destino 2007 da Região Metropolitana da Baixada Santista: Sumário de Dados. Santos: Vetec, 2008.